

TRANSCRIÇÃO REUNIÃO DO COMUI

Dia: 05/09/2017

Horário: 14h

1 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Boa tarde senhores, vamos
2 dar início à nossa reunião de número 32 de 2017, do dia 05 de setembro de 2017.
3 Verificação de quórum, 10 Conselheiros presentes. Justificativa de ausência, a Lúcia dos
4 ferroviários não vai poder comparecer por motivo de saúde, essa é a única justificativa, e a
5 do Pastor Ine, o senhor Adão enviou o Suplente, senhor Adão não vai poder participar, mas
6 tem o Suplente ali. O Pastor Ine não vai poder comparecer, porque tem reunião, está em
7 outra reunião. Então vamos aprovar a pauta então. Expediente, outras, provas de registros,
8 projetos, comunicação, sugiro que o Cadastro Único para programas sociais, o CadÚnico,
9 ele é atualização do BPC, com a presença da Lúcia que está aqui, sugiro que ele passe para
10 primeiro lugar. Essa é a minha sugestão. Depois a leitura e discussão da aprovação da
11 resolução da Câmara de Registro, segundo. E também uma outra sugestão, ficou o grupo de
12 trabalho, quem é do grupo de trabalho que está aqui, que ficou de fazer a resolução, a
13 normativa segundo à Resolução SND? Eu sei que a Lúcia, o Pastor Ine, a Nira, eles não
14 estão, então podemos tirar e falar na semana que vem. Pode ser? Pode? Vamos passar para
15 a semana que vem. Então a pauta ficou a abertura, o expediente, e envia os assuntos gerais,
16 que é o Cadastro Único de programas, e a leitura e discussão da aprovação da resolução da
17 Câmara de Projetos. Quem é favorável? De registros. 10 votos favoráveis, aprovado. Então,
18 Lúcia? Tudo bem contigo? Seja bem-vinda ao Conselho Municipal do Idoso, muito
19 importante a sua presença aqui, até para a gente tirar algumas dúvidas sobre o CadÚnico.
20 Queres que faça uma breve apresentação? Então pode começar, uma apresentação, só o
21 nome e a entidade. Esses são os Conselheiros do Conselho Municipal do Idoso, e também o
22 nosso setor administrativo. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência**
23 **Social e Cidadania – FASC)** – Colegas conselheiros, a Lúcia vai se apresentar, a indicação
24 da Lúcia para estar aqui hoje é fundamental, foi uma proposta que nós fizemos para a Lúcia
25 estar aqui esclarecendo, toda a questão hoje está quase terminando o término de um prazo
26 relativo à atualização do benefício de prestação continuada dos idosos, e precisa saber os
27 trâmites, os fluxos reais para facilitar a vida dos idosos que buscam essas informações. E a
28 Lúcia então com toda competência, Coordenadora, vai se apresentar agora. Mas o que é
29 importante que eu queria dizer para vocês, que eu fiz essa proposta para a Elisiane, porque
30 nós já tivemos algumas falas, relato de coordenadores de CRAS, que o COMUI estaria
31 fazendo alguns encaminhamentos que não eram bem corretos, no sentido de dificultar mais
32 ainda o idoso. Então a importância de a Lúcia estar fazendo para todos nós, está
33 acontecendo hoje no Brasil. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação**
34 **Ferrovários Sul Rio-grandense)** – Então, boa tarde a todos, obrigada pelo convite, a
35 Graça me fez o convite, eu acho importante. O Conselho é fundamental como política
36 setorial para a população idosa. Então eu acho que é um espaço bem importante para a
37 gente divulgar essas informações todas. Eu sou da FASC, e há algum tempo eu estou na
38 coordenação do Cadastro Único. Então o que é esse Cadastro? O Cadastro Único para

39 programas sociais ele é do Governo Federal, ele não é do Município, e ele existe desde
40 2001, ele já vem ao longo dos anos tendo várias versões, atualmente estamos na versão sete
41 ponto alguma coisa, ele é um grande Cadastro de abrangência nacional, são milhões de
42 pessoas, famílias cadastradas no Brasil inteiro, e o nome dele, esse apelido Cadu, o nome
43 dele é Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. E o Governo Federal,
44 Estados, praticamente todos os Estados, Municípios, utilizam esse Cadastro como porta de
45 acesso para diferentes performances, benefícios. E o Cadastro serve, por exemplo, Minha
46 Casa Minha Vida, tem que estar no Cadastro, tarifa social de energia elétrica, tem que estar
47 no Cadastro. Todo mundo conhece o Cadastro como o Cadastro de um grande programa de
48 transferência de renda, que é o Governo Federal chamado Programa Bolsa Família, mas o
49 Cadastro ele não é deste programa, ele é um grande Cadastro. Por exemplo, pessoas que
50 vão pedir isenção para inscrição em concurso público, se tem o Cadastro, tiver lá no
51 concurso público, faz a inscrição com isenção da taxa de inscrição, isenção para vestibular
52 em universidade pública. Ou seja, tem uma gama de benefícios e programas que utiliza esse
53 grande Cadastro como porta de acesso. Em Porto Alegre nós temos em torno de 110 mil
54 famílias cadastradas, isso dá aproximadamente 270 mil pessoas, 275 mil pessoas
55 cadastradas nesse Cadastro Único. Ele tem um jeito de funcionar, as regras não somos nós
56 que criamos, porque ele é Federal, e ele funciona estava igual todos os Municípios
57 brasileiros. E ele se tornou um troço muito grande, porque tudo que se pensa tem que ter o
58 Cadastro. Então qualquer programa social que se cria tem que estar no Cadastro. Então isso
59 gera... Agora tem a carteira de habilitação de motorista, que o Governo do Estado criou um
60 tempo atrás, que a habilitação social. Então para não ter os custos de tirar a carteira de
61 habilitação, faz-se o Cadastro. Ou seja, tem uma série de programas e benefícios que são
62 acessados através do Cadastro. O benefício de prestação continuada, e essa que é a pauta
63 nossa hoje aqui, BPC, que algumas pessoas falam o LOAS, tem gente que chama ele de
64 LOAS. Ele é um benefício que foi criado em 93 na Lei Orgânica da Assistência Social, a
65 partir da Lei, quer dizer, é um processo de discussão, mas ele tomou esse formato, se
66 concretizou a partir dessa Lei, da Lei Orgânica da Assistência Social de 93. E ele é um
67 benefício no valor de um salário mínimo, que tem duas modalidades, dois tipos, para idosos
68 a partir de 65 anos, ou pessoa com deficiência. Tem um critério de renda familiar para ter
69 acesso a esse benefício, tem que ser uma renda familiar, o per capita inferior a um quarto do
70 salário mínimo. Então esse é o critério do BPC, tanto o idoso quanto o BPC para pessoa
71 com deficiência. Por exemplo, o BPC idoso quando começou, se era um casal, os dois não
72 podiam ter, porque se eram só os dois, ficava a renda maior que um quarto, hoje em dia,
73 depois do Estatuto do Idoso isso caiu, então é possível termos dois BPCs idosos na mesma
74 família, antigamente não podia. E o BPC ele é administrado pelo INSS. Então a gente tem
75 em Porto Alegre hoje, em torno de 13 mil beneficiários do BPC idoso, é pouco, a gente já
76 teve muito mais, mas é bem pouco. Eu tenho os números aqui de Porto Alegre, esse é um
77 número que vem reduzindo, infelizmente, porque tem muitos idosos que por uma série de
78 circunstâncias não contribuíram, não recolheram, não participaram da Previdência
79 contributiva. Então o BPC é essa parte, para quem não conseguiu ao longo da vida ter esse
80 vínculo de contribuinte. Oi? Não, não tem que ter, não precisa ter, ele é para quem não tem
81 renda, e não contribuiu, porque o que contribuiu vai se aposentar, vai se aposentar ou vai
82 ter um outro tipo de benefício, o BPC é para quem não tem nada, aquela pessoa que por
83 uma série de circunstâncias da vida não teve nenhum tipo de vínculo empregatício formal,
84 que gerou para essa pessoa a possibilidade de se aposentar. Por isso a importância do BPC,
85 tanto idoso quanto esse da pessoa com deficiência. Desde o ano passado em 2016, saiu um

86 decreto da Presidência da República, foi em julho de 2016, que tornou obrigatório que para
87 requerer o benefício o idoso ou a pessoa com deficiência, tem que estar no Cadastro Único,
88 que é esse cadastrão que eu falei do Governo Federal. E os que já tem esse benefício,
89 precisam se cadastrar, e o prazo para esse cadastramento do BPC idoso é até 31 de
90 dezembro deste ano. Então quem vai requerer? Se tem um idoso, uma pessoa com mais de
91 65 anos, nem é tão idosa, com mais de 65 anos, que vai requerer o benefício, tem que ter o
92 Cadastro, para requerer, antigamente não era uma obrigação, a partir de novembro do ano
93 passado, que foi quando entrou em vigor o Decreto, passou a ser obrigatório. E os que já
94 tem o benefício, se não fizerem o Cadastro vão perder o benefício. Esse número hoje em
95 Porto Alegre, quantos idosos nós temos? Em torno de 8.600 que ainda não estão no
96 Cadastro. Nós estamos na FASC organizando, fazendo uma organização interna para tentar
97 alcançar esses idosos, esses idosos nós temos uma lista nominal, nós temos nome,
98 endereço, idade, nós temos pessoa com 102 anos, nós temos com 100 anos, nós temos com
99 99 anos. Eu fiquei encantada quando eu olhei a lista. São pessoas com uma situação difícil,
100 com baixa renda, e que nós temos que pensar uma forma de inclui-los todos no Cadastro.
101 Então nós estamos construindo um plano para fazer essa inclusão, nós temos então em
102 torno de 8.600 que ainda não estão no Cadastro. Então são duas coisas... **Sr. José Paulo**
103 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – São 21.500 então? **Sra. Lucia**
104 **Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Não, esses oito
105 estão dentro do grupo que eu falei, eles estão dentro. Desses só temos 2 mil e poucos
106 cadastrados, os outros estão sem Cadastro. Aquele número total que eu falei, a gente tem
107 apenas 2.164 cadastrados, já diminuiu um pouquinho, porque a cada mês a gente tem um...
108 Mas cento e poucos, duzentos, que são cadastrados, cada mês diminui um pouquinho.
109 Então são duas coisas. A primeira coisa... Vocês podem me interromper se eu tiver falando
110 algo... Por favor, vocês fiquem à vontade, algo que eu tenha falado muito rapidamente, ou
111 algo que não esteja tão claro. São duas situações então que a gente tem que lidar, e são
112 ambas bem importantes. A primeira é que todos que já tem benefício, e aí a gente tem
113 dentro daquele universo de todos que tem um grupo que já está cadastrado, e o que não
114 está, os que não estão precisamos cadastrar todos eles. É a segunda parte desse momento, é
115 que aquela pessoa que está indo lá no INSS para solicitar e requerer o benefício, precisa
116 fazer o Cadastro. Então isso tem que ser uma coisa que a gente tem que construir também
117 com o INSS, nós já tivemos duas reuniões com o INSS para tentar construir um fluxo,
118 porque também como é algo relativamente novo, a obrigatoriedade do Cadastro, ainda tem
119 muita falta de informação nas agências do INSS. Então é um constante esclarecer, para que
120 não tenha aquela... A pessoa vai lá e recebe um tipo de informação, nos procura e nós
121 damos outro tipo de informação. Então isso ainda tem muito que ajustar entre nós que
122 somos o órgão hoje da prefeitura, que faz o Cadastro Único, o Cadastro Único então é feito
123 na Fundação. Nós temos locais fixos de atendimento, que são os 22 CRAS, que são os
124 Centros de Referência da Assistência Social. E nós temos também então construindo uma
125 equipe volante que vai, por exemplo, em instituições de longa permanência. A gente já teve
126 o contato, por exemplo, do Padre Cacique, a gente tem contato... A Espanha também está
127 nos solicitando. Então o que a gente... Essas ações específicas nas instituições de longa
128 permanência, nós vamos construir com cada uma dessas instituições. Qual é a proposta? A
129 instituição a gente já recebeu, a instituição vai fazer contato conosco, aí a gente explica, dá
130 o endereço de *e-mail*, se manda uma listagem, a instituição envia para nós uma listagem
131 nominal daquelas pessoas que estão na instituição, com os dados, para que a gente possa
132 fazer uma triagem prévia de quem já está no Cadastro, quem não está, e se está, se precisa

133 atualizar, se está desatualizado. Ou seja, tem uma pesquisa que a gente tem que fazer antes
134 de se lançar na ação específica de cadastramento. Então esse contato com as instituições de
135 longa permanência, a gente vai fazer... A instituição faz diretamente com a coordenação do
136 Cadastro Único, por telefone, e aí a gente vai passar os endereços de *e-mail* para que a
137 gente possa começar a fazer a troca de informações, de dados, de listagem nominal
138 daquelas pessoas que estão na instituição. A gente já fez isso com algumas, já começou a...
139 Isso já está em andamento em algum processo. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
140 **Padre Cacique)** – Nós recebemos essa informação, e aí nós encaminhamos para algumas
141 entidades, que aqui fala que tem que procurar o CRAS... **Sra. Lucia Helena Bastos**
142 **Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Mas aí é complicado procurar o
143 CRAS. Por quê? Não dá para procurar o CRAS mais próximo. Primeiro porque
144 dependendo da situação do idoso, ele não vai ter possibilidade de ficar lá em uma fila de
145 atendimento. Então o ideal é que não haja esse encaminhamento para o CRAS mais
146 próximo, se for instituição de longa permanência, o caminho é outro, nós que temos que ir à
147 instituição, nós já fomos à algumas. Então a partir dessa listagem, se faz, na nossa casa do
148 idoso nossa, a gente já fez, que é um número pequenininho, e a gente fez, saiu lá no início
149 do ano ainda. Então a partir desse levantamento prévio, desses dados que a gente verifica,
150 precisamos, e aí a instituição vai nos passar o que precisa, é nome completo, é CPF, alguns
151 dados de documento dessas pessoas. Fazemos esse levantamento, agendamos um dia com
152 essa instituição, e vamos até lá fazer esse Cadastro. Tudo vai depender de que número a
153 gente vai estar falando, por isso que essa triagem tem que acontecer antes, pode ser um dia
154 que seja só 20, pode ser 200, dependendo do tamanho da instituição. Então tudo isso é algo
155 que a gente está em processo de encaminhamento, já fizemos algumas e ainda estamos
156 organizando para ir à outras instituições. É importante aqui o Conselho Municipal, é
157 importante a gente dividir com vocês algumas preocupações. Quais são essas
158 preocupações? Nós vimos... Semana que vem, por exemplo, tem um encontro das... A gente
159 faz parte de um grupo das maiores cidades brasileiras que se reúnem periodicamente com a
160 gestão Federal do Cadastro, na semana que vem nós temos mais um desses encontros que
161 vai ser em Brasília, esse grupo se encontra... Praticamente é um grupo de trabalho, que
162 sinaliza para o ministério essas dificuldades, porque eles estão lá, eles não estão exercendo,
163 eles não conhecem o acontece no Município, eles pensam para o Brasil, e não sabe o que de
164 fato, quais os problemas que os Municípios tem para executar aquilo que é proposto. O
165 BPC, nós temos assim muitas cidades grandes, metrópoles, que não vão conseguir, e nem
166 sei se nós também vamos conseguir fazer os 8 mil. Nós vivemos em um momento de muito
167 tensionamento, e uma das propostas desse grupo é pedir que haja uma revisão quanto ao
168 prazo. Porque o Rio de Janeiro, por exemplo, que faz desse grupo, não vai atingir nem 50%
169 dos BPCs idosos para cadastrarem, São Paulo são milhares, Rio de Janeiro ele ainda tem
170 mais de 50 mil para fazer Cadastro. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos**
171 **– RS)** – Que as pessoas, às vezes, demoram para entender assim o que é esse documento,
172 de ir e fazer e cadastrar. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários**
173 **Sul Rio-grandense)** – E aí dependendo da estrutura, qual é a dificuldade que a gente tem
174 hoje? Porque se fosse só isso, ótimo, isso é número pequeno para nós, 8 mil, pensando do
175 que a gente está acostumado a fazer em um espaço de três, quatro, cinco, seis meses, isso
176 não é um número grande. A questão é que nós não temos o BPC apenas para fazer. O
177 Governo Federal estabelece rotinas para o Cadastro que acaba gerando uma quantidade
178 muito grande de retrabalho. Por exemplo, todos os anos é feita uma coisa, averiguação,
179 auditoria no Cadastro. O que é isso? Pega lá o que cada uma pessoa declarou no Cadastro,

180 porque o Cadastro ele é autodeclarável, o cidadão nos procura e faz o Cadastro, é parecido
181 como a gente faz o imposto de renda, a gente faz o imposto de renda, vai lá e diz o que a
182 gente gastou, o que a gente recebeu, não prova nada, a gente só prova depois, e eles fazem
183 o batimento a partir do nosso CPF. O Cadastro funciona da mesma maneira, o cidadão nos
184 procura, faz o Cadastro Único e declara as condições de vida dele, qual é a renda, quem são
185 as pessoas da família, tudo autodeclarável. Depois é feito um batimento do que foi
186 declarado no Cadastro com outros bancos de dados de abrangência nacional, aí pega lá a
187 Relatório Anual de Informação Social, que é a RAIS, pega o cadastro de empregados e
188 desempregados do CAGED, pega as declarações de renda de pessoa física e jurídica de
189 alguns anos passados, e vai fazendo o batimento, pega a própria Previdência, o INSS, e vai
190 fazendo batimento a partir dos dados dos documentos do CPF. E o que isso gera? Isso gera
191 uma averiguação, que são as informações que as pessoas não disseram no Cadastro, mas
192 que são constatadas nesses outros bancos de dados, e isso gera uma lista gigantesca de
193 Cadastros em averiguação, que tem que ser refeito. Agora o detalhe, o detalhe do
194 retrabalho, esses Cadastros que estão em averiguação são Cadastros atualizados. Então, por
195 exemplo, esse ano de 2017 nós temos mais de 20 mil famílias em averiguação, e todas elas
196 fizeram o Cadastro em 2016, até dezembro de 2016, não deveria ser assim. Por quê? Porque
197 o Cadastro ele tem um prazo de validade de dois anos. Então se a pessoa fez em 2016, ela
198 só vai fazer em 2018, mas como tem a averiguação, todas elas são convocadas a
199 comparecer, então a gente acaba atendendo a mesma pessoa... Ultimamente nem é mais
200 uma vez no ano, tem sido duas, três vezes ao ano, e isso está gerando uma dificuldade
201 gigantesca para todos os Municípios, nós já fizemos um documento de todas as grandes
202 cidades brasileiras, está inviabilizando o atendimento do Cadastro, porque nenhuma cidade
203 brasileira, as maiores, tem estrutura para atender a mesma pessoa várias vezes, porque é um
204 número muito grande, e nenhuma prefeitura tem recursos humanos exclusivo para isso, no
205 nosso caso em Porto Alegre, a gente tem uma empresa terceirizada, que foi licitada o ano
206 passado para ter os entrevistadores, que são as pessoas responsáveis pelo Cadastro. **Sra.**
207 **Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – São
208 dois? **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)**
209 – Não, depende, tem lugar que tem três, tem lugar que tem mais, depende do tamanho do
210 território da demanda, não é a mesma quantidade, ele é proporcional ao número de
211 atendimento. Então assim, por que eu estou falando isso tudo para vocês? Para mostrar que
212 em primeiro lugar, se é uma urgência, estamos bastante preocupados assim, com isso,
213 temos sido bastante insistentes internamente, na Fundação, com essa pauta, porque nós em
214 hipótese alguma, quem é benefício do BPC pode ser prejudicado, porque BPC já é para
215 baixa renda. Então uma pessoa que está acima dos 65 anos e sem renda, vai perder a única
216 renda que ela tem, nós não podemos aceitar, tudo que a gente puder fazer para pensar em
217 discussão de prazo, questionar o próprio Ministério em relação a isso, e fazer o nosso
218 trabalho que é tentar dar conta de fazer o Cadastro de todas essas pessoas. Alguns idosos
219 estão em casa, mas não tem a capacidade de se locomover com facilidade. Então também
220 para esses, o Cadastro vai ter que ser feito no domicílio. Então qual é o nosso plano?
221 Internamente na Fundação, isso foi tratado já em reunião de coordenações com a direção,
222 inclusive de novo falamos disso na semana passada, que toda a nossa rede de serviços, não
223 só os CRAS como os CREAS, os acolhimentos, porque nós temos os idosos beneficiários
224 do BPC em todos os serviços, que toda a rede esteja devidamente informada e que a gente
225 consiga criar uma mobilização, porque essa tem que ser uma das nossas prioridades. Então
226 essa é a questão assim. Eu dei um pouco assim a visão geral, se eu falei muito rapidamente,

227 ou o que não ficou muito claro, vocês podem pedir... A gente pode tentar ser mais claro.
228 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Só um minutinho, só vamos
229 fazer a inscrição então. Senhor Edson, dona Graça e a Dautiele. Senhor Edson. **Sr. Edson**
230 **Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – A pergunta que eu faço é o
231 seguinte, o Cadastro ele não existe por si. Então todo ele me parece que chega no ponto em
232 que a forma criteriosa que os Municípios vão fazer, tem que ser assim mesmo, evita...
233 Sabe-se hoje que no Brasil está havendo muitos subterfúgios para desvio de recursos. Isso
234 aí me parece que um Cadastro tão criterioso que vem fazendo, o objetivo também de evitar
235 isso, e pessoas distorcendo para receber recursos que não lhe... Na realidade, é isso? **Sra.**
236 **Lucia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Sim.
237 Esse cadastro, isso que o senhor é bem importante, o Cadastro realmente ele não existe por
238 si só, ele sempre visa alguma coisa. E ele, a primeira coisa dessa autodeclaração, assim
239 como tem gente que vai lá e omite dados do imposto de renda, e depois cai na malha final,
240 o Cadastro também tem sua malha final, porque ele é autodeclarado, a pessoa não precisa
241 comprovar absolutamente nada. Mas ele é muito grande, então se procura o Cadastro para
242 tudo, e depois se cai na auditoria, na averiguação. Agora sim, existem inclusive quadrilhas
243 que tentam fraudar o Cadastro, sim, isso no Brasil todo, e quando isso é identificado a gente
244 encaminha imediatamente para a Polícia Federal. Normalmente, por quê? Existe quadrilhas
245 que falsificam, criam pessoas, eu não sei como, porque tem CPF as pessoas, porque tem
246 que ter CPF, e depois é identificado que elas não são pessoas... Ou por exemplo, aparece
247 gente, em uma cidade, a gente troca muito, nós temos um grupo de trabalho, que essas
248 tecnologias modernas fazem a gente não se desligar nunca, então a gente tem um grupo de
249 Whatsapp que todas as cidades, maiores cidades, e a gente fica o tempo inteiro, tem gente
250 que fica até domingo, domingo eu não olho, tem de tudo. Tem tentativa de fraude sim. Mas
251 existe uma coisa por outro lado, que como a gente também vive um momento onde existe
252 uma certa... A questão do controle, o controle sobre o que é público, sobre o orçamento,
253 sobre o dinheiro público, a gente tem muitos órgãos de controle também com os holofotes
254 para cima do Cadastro, e por isso que ele tem averiguação, e para cima do que ele pode
255 gerar. Então assim, constantemente, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do
256 Estado faz batimento, Ministério Público Federal faz batimentos constantemente. Então a
257 gente sempre recebe, e isso faz parte da nossa rotina de trabalho, receber sempre os
258 batimentos que esses órgãos de controle fazem. Então se existe, embora ele seja
259 autodeclarado, existe toda uma preocupação, e uma verificação de que se não está sendo
260 gerado benefício indevido. Agora, claro, sempre se tenta, mas eu quero dizer para o senhor,
261 para vocês todos, que tem sido cada vez mais difícil essas fraudes, porque logo se identifica
262 pelo próprio batimento que são feitos. E aí não somos o sistema. Porque o que é o
263 Cadastro? Ele é um banco de dados online, nacional, e ele conversa, do ponto de vista do
264 sistema, com vários outros bancos de dados. Então ele bate com o banco de dados da
265 Receita Federal, a partir do CPF, vai cruzando informação. Então sim, pode não ser pego na
266 declaração, mas depois ele acaba caindo na averiguação, isso tem sido uma constante. Dá
267 mais trabalho, porque isso significa que essas pessoas são convocadas a comparecer, e fazer
268 outra entrevista, porque alguma coisa ela declarou que estava diferente do que estava lá nos
269 outros bancos de dados. Mas sim tem sido... E acontece, esse tipo de tentativa acontece, e
270 às vezes, as pessoas chegam a receber realmente benefícios, e depois elas... Existe um
271 termo que elas têm que assinar, quando elas fazem o Cadastro, de que elas têm a clareza de
272 que se alguma omissão gerar algum benefício, ela pode responder civil e criminalmente por
273 esse benefício gerado. Tem decisão judicial de devolução de recurso, tem... **Sra. Eleonora**

274 **Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Tem
275 cidades com esse percentual de fraude? **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação**
276 **Ferrovários Sul Rio-grandense)** – Não, a gente praticamente não tem, fraude, a gente não
277 tem, a gente teve casos aqui, para dizer que a gente não tem, a gente teve um caso esse ano
278 de em Minas Gerais, uma cidade do interior de Minas, que fizeram o Cadastro lá, 30
279 famílias fictícias, e depois fizeram transferência para Porto Alegre. Todos esses casos, que
280 na medida em que a gente identifica, imediatamente a gente encaminha para a Polícia
281 Federal, que abre inquérito policial. A gente tem, inclusive eu brinco, tem até o delegado da
282 Polícia Federal que está acostumado a receber os casos, não são muitos, Porto Alegre não
283 tem muito, mas isso o Brasil afora tem bastante. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
284 **(Asilo Padre Cacique)** – Então agora a próxima a falar é a Graça da FASC. **Sra. Maria da**
285 **Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – O que que me
286 parece bem importante assim, que nós estamos encerrando o ano com esse prazo, da
287 atualização do BPC, de sistema social para aqueles idosos que já tem o BPC, mas não tem o
288 Cadastro, eles vão ter que fazer o Cadastro. Então tem um prazo aí 31 de dezembro, e que
289 bom que você está dizendo que vai tentar negociar junto à União a prorrogação desse prazo.
290 A partir do ano que vem, vamos supor, essa atualização do benefício para pessoas com
291 deficiências, então é mais uma tarefa importante. Aqui nós temos quatro Conselheiros
292 representantes de RTIs. Então acho que aí vem... E está bem claro, que a Lúcia informou
293 como é que é o fluxo para essa atualização das entidades entrarem em contato com o setor,
294 onde é a coordenadora, para poder fazer esse agendamento, e saída até às RTIs. E temos
295 também Conselheiros que são representantes de grupos, associações, ou que o idoso não
296 está em RTI. E eu acho bem importante nós prestarmos atenção nesses idosos pela
297 experiência que nós temos na FASC, alguns idosos, às vezes, me pergunta qual é a renda
298 que ele tem, ele não sabe que aquela renda é BPC, diz que aposentadoria, isso é muito
299 comum na FASC. Então quem é de grupo, e tem grupos representando, é bom ter esse olhar
300 também. E aí, Lúcia, eu acho que esse fluxo é importante a gente orientar aqui, porque esse
301 idoso que não está em RTI, que tem autonomia, que tem BPC, eu acho que tem que deixar
302 bem claro. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação Ferrovários Sul Rio-**
303 **grandense)** – O idoso que não tem dificuldade de se movimentar, que sai de casa, ele pode
304 ir ao CRAS mais perto do seu endereço, são 22, a Graça tem esses endereços. Então são 22
305 CRAS na cidade, ele pode se dirigir ao CRAS mais próximo, que vai ser pensada uma
306 forma de priorização desse atendimento, visando a questão do BPC. Então a pessoa que é
307 idosa, mas está bem, não tem dificuldade, pode se dirigir ao CRAS mais próximo. Nós
308 temos que nos ater também aquele que não vai conseguir chegar, porque aquele que
309 consegue chegar, eu acho que é o menor dos problemas, porque está com uma certa
310 autonomia, vai poder chegar, fazer o seu Cadastro, o nosso problema são aqueles que não
311 estão nas instituições, e não tem possibilidade, tem mais dificuldade de se locomover, às
312 vezes, está um pouco mais acamado, e estão em casa, não estão em uma instituição.
313 Identificar esses a gente vai ter um pouco mais de dificuldade, porque esses podem estar
314 fora de uma renda, da abrangência de uma rede de atendimento, e para esses a gente vai
315 precisar localizar a fazer o Cadastro no domicílio, com a equipe que é volante, para poder
316 fazer o Cadastro no domicílio. Ou seja, são várias... E do mesmo processo, e vários tipos de
317 ações que a gente tem que fazer, para poder dar conta de atender esse número de idosos.
318 **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** –
319 E aquele que também não tem, e não tem ainda o benefício, mas está apto a ter esse acesso,
320 esse benefício, ele também precisa ir ao CRAS, porque não tem. **Sra. Lucia Helena Bastos**

321 **Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – E aí o próprio INSS já
322 encaminha, quando a pessoa vai dar entrada, vai requerer o benefício, o próprio INSS já
323 encaminha para fazer o Cadastro. E lembrando que o Cadastro, e a gente vem discutindo
324 isso, nós vamos ter que priorizar, porque o Cadastro tem sempre uma demanda muito
325 grande por causa dessas averiguações que eu falei. Então a gente tem cotidianamente
326 muitas pessoas buscando atendimento no Cadastro. **Sra. Maria da Graça Furtado**
327 **(Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – E agora eu estava falando da
328 situação dos CRAS atualmente, todos estão com abertos. **Sra. Lucia Helena Bastos**
329 **Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Praticamente, as únicas equipes
330 que nós temos nos CRAS são do Cadastro, que não são técnicos do CRAS, são
331 entrevistadores do Cadastro, porque o Cadastro embora ele esteja no CRAS, ele não é da
332 equipe do CRAS, do PAIF, e a gente tem hoje, a gente está vivendo um momento de
333 transição, onde a gente teve uma equipe de PAIF que saiu em junho e ela não foi reposta
334 ainda, que são os técnicos, assistência social, Psicólogo, que faz todo o trabalho de
335 acompanhamento das famílias, da população, atendimento à comunidade. Então essa
336 equipe a gente ainda não tem. Então a gente ainda tem esse ingrediente a mais nesse
337 momento, que é um dificultador, um ingrediente a mais, que causa mais dificuldade ainda
338 nesse processo. Mas o quadro geral é esse assim. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
339 **(Asilo Padre Cacique)** – Agora então tem inscrita a Dautieli. **Sr. Dautieli Marinho (Asilo**
340 **Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Eu sou Assistente Social de uma
341 instituição em RTI, hoje a gente acolhe aproximadamente 100, estamos com 75 idosos,
342 mais ou menos. E a primeira coisa que eu fiz foi contatar com o CRAS, chegou até a
343 desenvolver isso agora, contratei um mês, só que elas têm uma entrevistadora só, lá no
344 CRAS, elas estão com uma. Então elas me disponibilizaram a pegar as informações,
345 passaria as informações para elas, aí nós fizemos isso, e a entrevistadora ia dar um dia para
346 poder ir na instituição. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul**
347 **Rio-grandense)** – Como o CRAS é muito preocupado em dar conta de tudo que chega, e
348 isso a gente já tinha combinado com os CRAS, porque os CRAS não dão conta de atender a
349 demanda que ele já tem, no território, no dia a dia, que já é gigantesca, e além disso pensar
350 em atender uma instituição. Então já está pactuado na FASC, todo o pedido que é extra, do
351 dia a dia do CRAS, não é com o CRAS que a instituição fala, é com a coordenação, que vai
352 organizar essa... Qual é a tua região lá da tua instituição? **Sr. Dautieli Marinho (Asilo**
353 **Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Nordeste. **Sra. Lucia Helena Bastos**
354 **Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Nordeste tem dois
355 entrevistadores, o CRAS/Nordeste tem dois entrevistadores, o eixo Baltazar tem três, e o
356 Timbaúva tem dois, nenhum CRAS lá tem um entrevistador, todos os CRAS tem mais de
357 dois. Mas não é o caso, eu vou retomar com a Adiles, que é a Coordenadora do CRAS.
358 Porque na necessidade ou na disponibilidade de atender, acaba pegando algo que está para
359 além da sua possibilidade. Então é assim, você pode anotar o nosso *e-mail*... **Sr. Dautieli**
360 **Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – O conselho vai passar
361 para todo mundo, ou a gente vai pegar agora? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
362 **Padre Cacique)** – Eu ia propor isso depois. Porque assim, Lúcia, olha, a informação que
363 nós tínhamos, veio direito lá do Cadastro Único Nacional, do Ministério da Educação...
364 **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** –
365 Sim, que eles mandam contratar o CRAS, porque é aonde vai se dar... **Sra. Elisiane Silva**
366 **de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – E aqui falavam para contatar o CRAS. Então
367 por isso que muitos RT ninguém quase sabia dessa informação, eu acho muito interessante

368 se tu, a coordenação passar para o Conselho aqui, o fluxo, como é o fluxo, tanto para ILTI,
369 quanto para o idoso da região. E outra coisa, Lúcia, necessita levar algum documento? E se
370 tu já passar esse documento. Porque pelo o que eu li aqui o Conselho tem que divulgar, o
371 Conselho Municipal do Idoso precisa divulgar. E então daí tu passar as informações
372 corretas para o Conselho, que de repente cada capital, cada cidade está fazendo do seu jeito,
373 está organizando de um jeito diferente, então nós temos que nos adequar com a nacional, e
374 sim como a Porto Alegre está se adequando. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke**
375 **(Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – A questão dos CRAS é porque 99% das
376 cidades o Cadastro fica nos CRAS, é o local onde se faz o Cadastro. Então quando se fala
377 assim, tem que buscar o Cadastro, diz assim, tem que buscar o CRAS, só que isso em uma
378 cidade onde você tem uma cidade de médio ou pequeno porte, que você tem lá mil pessoas,
379 às vezes, a cidade inteira tem mil Cadastro, e o BPC tem 200 BPC, então isso é uma coisa,
380 você vai no CRAS. Outra coisa é 110 mil famílias, 270 mil pessoas no Cadastro, como
381 Porto Alegre tem, 13 mil BPCs idosos. Então não é ir no CRAS, e aí a estrutura tem que ser
382 pensada de uma outra maneira. Como é uma regra nacional, eles dizem, vai no CRAS,
383 porque é no CRAS que se faz o Cadastro. Mas isso inviabiliza, porque se a instituição fizer
384 contato com o CRAS, vai ser mais difícil o CRAS organizar, porque o CRAS tem uma
385 série de outras demandas. Então por isso que a orientação nacional sempre é essa, vai no
386 CRAS, e aqui internamente o CRAS é que vai remeter ao fluxo certo, a coordenadora do
387 CRAS vai dizer, olha, vocês têm que fazer contato com o setor tal, endereço e telefone tal,
388 *e-mail* tal. Eu vou passar então por *e-mail* os endereços de *e-mail*, mas eu já te adianto, que
389 você quer anotar, eu sei, é cadastrounico, tudo junto, minúsculo, sem acento,
390 cadastrounico@fasc, que é a sigla da Fundação, .prefcoa.com.br. Aí manda o *e-mail* que a
391 gente vai conversando com *e-mail*, e vai fazendo a triagem que precisa. **Sra. Elisiane Silva**
392 **de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Tem mais uma pessoa que já para a gente
393 finalizar, que é o Giacomoni, da Coordenadoria de Esporte. **Sr. José Paulo Giacomoni**
394 **(Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Eu queria saber de vocês aí, nesses 13 mil
395 idosos, se utilizam, estão usando esse benefício em Porto Alegre, vocês têm o contato com
396 essa Associação dos Moradores de Rua, que teve a oportunidade de nos visitaram ano
397 passado, ano retrasado, e foi mencionado aqui, em torno de 4 mil moradores de rua. Vocês
398 têm esse número? Idosos. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação Ferroviários**
399 **Sul Rio-grandense)** – Mas não são 4 mil idosos na rua, não são. **Sr. José Paulo**
400 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Queria que ficasse claro,
401 porque sempre tem as pessoas que mencionam aqui na reunião. **Sra. Lucia Helena Bastos**
402 **Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Não são 4 mil idosos. A Graça
403 me ajude nesse debate, mas assim, eu vou tentar falar assim um pouco dessa questão da
404 relação do idoso que tem BPC na rua, e o Cadastro. Se nós temos aí visivelmente uma
405 população de rua que aumentou em Porto Alegre e em todo o país, em todo o mundo, a
406 população adulta que aumentou absurdamente, em várias cidades do país a gente vê isso.
407 Nós temos no Cadastro Único, e aí eu posso falar para vocês do Cadastro, que é aquilo que
408 a gente responder, do Cadastro Único para os programas sociais. Eu não trouxe esse
409 número porque eu não imaginei que fosse pauta, mas a gente tem em torno de 1.700
410 pessoas em situação de rua cadastradas, não, cadastradas, não estou falando de BPC, estou
411 falando de Cadastro Único. Não tem o dado de quantos destes tem BPC, eu não tenho o
412 dato, mas se eles têm BPC e não tem Cadastro, eles estão nos meus 8 mil lá. Então todo
413 mundo da cidade que tem BPC, que é esse benefício, que precisa fazer o Cadastro até 31 de
414 dezembro, e que não está dentro do Cadastro, está naquela lista nominal que o Ministério

415 mandou para nós de 8.600 pessoas. Se dentre eles têm algum que está nesse grupo e que
416 está na rua, provavelmente haja, nós vamos localizar como, na medida em que
417 normalmente pela... Nós vamos buscar pelo endereço informado, normalmente as pessoas
418 dão endereço de referência de serviço, de serviço de referência, por exemplo, no nosso
419 caso, dão com abrigo, ou de um centro pop que costumam acessar, eles dão endereço de
420 referência. Então o que eu posso dizer é isso, que dentre os 8 mil, se tiver idoso na rua com
421 BPC, está dentro desse grupo, e nós vamos ter a listagem nominal. Agora, não são 4 mil
422 idosos na rua, bem menos, 1.700 são pessoas cadastradas que estão na rua, de todas as
423 faixas de idades, dos 16 até todas as faixas de idade, não obrigatoriamente que seja idoso.

424 **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Nós tivemos a
425 visita de um... Acho que ele se dizia Presidente, da Associação de Moradores de Rua, então
426 fez o cadastramento dele, e alguns dos colegas também tem colocado no início da reunião,
427 e tem que esclarecer, 1.500 são moradores... **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke**
428 **(Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – 1700 que eu tenho no Cadastro. **Sr. José**
429 **Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Hoje eles estão
430 cadastrados, moradores de rua também vão estar? **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke**
431 **(Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Isso. **Sr. José Paulo Giacomoni**
432 **(Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Então está muito vago. Mas o mesmo tema
433 a senhora foi comunicar, eu vi que você em mensagem passou para os colegas aí, todos
434 estão aqui na sala se recordam, que tem um caso do Ministério de Brasília, e também seria
435 interessante também passar com fotos as nossas fotos com idosos. E só para terminar, ainda
436 os albergues, vocês conseguem adquirir também? **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke**
437 **(Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Sim todos os serviços os serviços,
438 albergues, abrigo. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes –**
439 **SME)** – Considerando essa carência de recursos. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke**
440 **(Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Sim considerando. É que tem uma coisa
441 que é diferente, por exemplo, do ponto de vista da Fundação, da qual eu e a Graça fazemos
442 parte. Nós temos hoje uma dificuldade na área das equipes técnicas, mas os que trabalham
443 com o Cadastro, nós temos esses trabalhando, foi feita uma licitação o ano passado, teve
444 uma empresa que venceu o processo de licitação, eles não são uma ocupação que tenha
445 concurso, porque entrevistador social é uma ocupação nova reconhecida pelo Ministério do
446 Trabalho no ano de 2016, tem lá catalogado no Código Brasileiro de Ocupações, que é a
447 atividade Entrevistados Social. Então como essa ocupação não existe um concurso que foi
448 feito, gente esperando para ser chamada, não houve nenhum impedimento legal de que
449 houvesse uma licitação para contratar esse profissional. Então hoje nós temos essas pessoas
450 que trabalham com o Cadastro, que são os entrevistadores sociais, eles não são equipes do
451 CRAS nem do CREAS. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social**
452 **e Cidadania – FASC)** – E que já avançou muito, já ramificou, porque eles eram
453 estagiários, era bem complicado. Porque além de ter um tempo específico atuando, não era
454 bem a função deles, eram outras discussões assim, um problemão. **Sra. Lucia Helena**
455 **Bastos Maschke (Associação Ferroviários Sul Rio-grandense)** – Nós temos muito que
456 avançar, mas o fato de conseguido ter profissional que não seja estagiário, com vínculo de
457 trabalho formal, com carteira assinada, com garantias trabalhadoras, com direito a férias,
458 isso já dá uma outra qualidade no processo de trabalho. Então ajuda, contribui um pouco.

459 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Deixa eu só responder ali
460 ao Giacomoni, que semana passada, sobre a divulgação das entidades registradas no
461 Conselho, semana passada nós trouxemos esse assunto aqui para o Conselho, foi divulgado,

462 foi encaminhado para todas as entidades o material que nós tínhamos, por exemplo, o
463 nacional, e aqui dentro do material tem um link, e daí tu clica e ele já abre e aparece o
464 cartaz, esse mesmo cartazinho ali então, que já encaminhamos. Mas então está bem, Lúcia,
465 nós vamos aguardar o fluxo de vocês, que vocês nos encaminhem, e nós estaremos
466 mudando corretamente. Aqui está o *e-mail* da gerência, para você falar com o COMUI, e aí
467 aguardamos, aí depois vamos encaminhar para todas as entidades de atendimento, e
468 divulgar na medida do possível. O Conselho Municipal do Idoso está à disposição, o que
469 vocês precisarem é só contatar conosco. **Sra. Lucia Helena Bastos Maschke (Associação**
470 **Ferrovários Sul Rio-grandense)** – Muito obrigada pelo convite. **Sra. Elisiane Silva de**
471 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Nós que agradecemos os esclarecimentos,
472 obrigada. Bom, então vamos dar continuidade aqui. Eu tenho um, dois, três, quatro, cinco,
473 cinco propostas de resolução para nós discutirmos agora, da Câmara de Projetos, se nós
474 sentarmos juntos, aqui comigo pode sentar um, ou vocês querem olhar tudo do projetor? A
475 Câmara de Registro, eu falei certo. Aqui, olha, então um fica aqui comigo, nós podemos
476 sentar juntos, e aí de dois em dois, pode ser? Não, nós vamos fazer a leitura, vai estar
477 projetado lá, vamos fazer a leitura juntos, só para nós acompanharmos, que às vezes, não
478 consegue ler de lá. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do**
479 **Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Uma sugestão, a gente está na hora, tem algum destaque já
480 vai fazendo e não deixa para ao final. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
481 **Cacique)** – Destaque por item a item, todos concordam? É melhor que depois já passou.
482 Quem fará a leitura? Alguém da Câmara de Registro para fazer a leitura? **Sr. Luis**
483 **Henrique** – Só comunicando a vocês que já tem número. **Sra. Elisiane Silva de**
484 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Olha, a resolução já tem número, 060. Vocês da
485 Câmara de Projeto, alguém quer fazer a leitura? De Registro? Alguém vai ter que ler.
486 Ninguém? Eu vou fazer a leitura então. Vou fazer a leitura. vamos fazer assim, olha, cada
487 um ler um pouco, pode ser? Para não ficar muito cansativo. Iniciarei a leitura então:
488 *“Revoga as instruções anteriores e dispõe sobre o registro de entidades não*
489 *governamentais de atendimento de idosos, inscrições...”*. Cada hora que alguém
490 interromper eu vou parar: *“Inscrição de serviços e programas de entidade governamentais,*
491 *e registro de entidades privadas”*. Quem falar em destaque pode levantar a mão, que a
492 gente já fala na hora: *“O Conselho Municipal do Idoso de Porto Alegre no uso de suas*
493 *atribuições legais, nos termos da Lei 444 de 30 de março de 2000, da Lei 10.741 de 01 de*
494 *outubro de 2013, Estatuto do Idoso e por maioria dos seus membros, resolve dispor sobre*
495 *critérios e procedimentos para realização de registro junto com COMUI, das entidades*
496 *não governamentais de atendimento direto ou indireto, da inscrição de serviços e*
497 *programas de entidades governamentais, e de entidades privadas”*. Ok? Então vamos lá:
498 *“Sessão 1, do registro das entidades não governamentais. Art. 1º, a concessão do registro*
499 *de entidades não governamentais no Conselho Municipal do Idoso, COMUI, obedecerá ao*
500 *disposto nessa resolução. Art. 2º, poderão obter registro no COMUI entidades não*
501 *governamentais ou comunitárias com atendimento direto ou indireto, que contemple em*
502 *seu estatuto a promoção e a defesa dos direitos dos idosos, com atuação no Município de*
503 *Porto Alegre, com o funcionamento efetivo de no mínimo dois anos”*. Ok? Todos de
504 acordo? Dois anos no mínimo? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos**
505 **Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Acho assim, olha, a gente teve uma
506 discussão, inclusive o Luis nos ajudou muito a construir, a gente pegou noção dele também,
507 parece que melhora, seria uma... Mas a gente tem uma autonomia de trabalhar, mas acho
508 que sente muito só, comprovar um que é muito pouco, muito pouco hoje isso, que a gente

509 sabe que e um monte de entidades que são passageiras, só tem trabalho de retiro. Então a
510 gente acha que a manutenção nem observa tanto assim, a manutenção nesses dois anos que
511 é importante. Eu acho que mais tarde a gente pode rever, mas acho que nesse momento
512 aqui, que todo mundo escreve, e tal. Não sei, acho que é importante consolidar um trabalho,
513 dois anos acho que é um bom tempo para a gente verificar isso. **Sr. Roberto Rodrigues da**
514 **Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Parece que sim, nós temos casos de
515 entidade apresentando um projeto se registrar, existir formalmente. **Sra. Elisiane Silva de**
516 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Então, vamos lá. **Sr. José Paulo Giacomoni**
517 **(Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Ainda sobre esse... Nem sei os parágrafos
518 preenchem como comprovar a atuação. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
519 **Cacique)** – Vamos lá, vamos seguindo: “§ 1º: *Considera-se entidade de atendimento*
520 *direto, todas aquelas que executam serviços, programas e projetos diretamente para o*
521 *idoso. Parágrafo Segundo, considera-se entidade de atualmente indireto, todas aquelas*
522 *que desenvolvem assessoramento na promoção, proteção e defesa dos direitos dos idosos,*
523 *bem como a realização de estudos e pesquisas para esse fim. Art. 3º: São documentos*
524 *necessários para os registros, nº 1, requerimento da entidade solicitando registro em papel*
525 *timbrado ou carimbo, onde conste endereço completo, telefone, CNPJ, e-mail, assinado*
526 *pelo representante legal. Anexo 1, nº 2, ficha de registro fornecida pelo COMUI,*
527 *preenchida, datada e assinada pelo representante legal da entidade, que deverá publicar*
528 *todas as folhas. Anexo 2. 3, cópia do estatuto registrado no Cartório de Registro Especiais,*
529 *onde conste a vocação estatutária para atividades com idosos, com todas as folhas*
530 *autenticadas. Caso houver alterações posteriores, encaminhar após o registro em cartório,*
531 *cópia para o COMUI. 4, atestado...”. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal***

532 **dos Esportes – SME)** – Eu acho que essas... É redundante, porque os registros de editares,
533 todas as folhas têm que ser autenticadas... **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria**
534 **Municipal da Saúde – SMS)** – Eu acho que é uma redundância, mas é interessante e tu
535 tem as coisas em um texto único para não ficar com remissões assim, lê aqui para juntar lá,
536 acho que não seria obrigatório, uma coisa natural, mas ajuda, tudo em um papel só,
537 organiza. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ele é numerado, o
538 cartório numera tudo: “*Atestado que a entidade está em pleno e regular funcionamento,*
539 *cumprindo suas funcionalidades estruturais, e no qual conste a relação nominal, dados de*
540 *identificação e endereço dos membros de diretoria da entidade, fornecida por órgão da*
541 *Prefeitura de Porto Alegre ou Poder Judiciário”. **Sra. Eleonora Kehles Spinato***

542 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Aqui nós tínhamos... **Sr.**
543 **Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Tem uma
544 palavra que foi zoada ali, estruturais e eu acho que é estatutárias, parece coisa de corretor
545 ortográfico. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim**
546 **Ipiranga – ASMOJI)** – Não, no anterior isso já tinha no anterior, ele teve essa necessidade
547 de funcionamento, de Conselho, da Prefeitura ou de outros órgãos. A gente tirou Conselho,
548 porque a gente acha que... E teria que ser não de Conselhos, teria que ser da prefeitura, ou
549 Poder Judiciário, não suprimir o Conselho. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
550 **Padre Cacique)** – Conselho de Assistência Social? **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
551 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Atestado de
552 funcionamento, mas atestado de funcionamento... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
553 **(Asilo Padre Cacique)** – Nós fornecemos ao Conselho atestado aqui, o Conselho fornece.
554 **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga –**
555 **ASMOJI)** – Eu acho que isso aí é função do Governo. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**

556 (Secretaria Municipal da Saúde – SMS) – Deixa eu complicar um pouquinho, digamos
557 que o Ministério Público queira participar, ele vai apresentar atestado, quem que atesta,
558 nem o Judiciário e nem a Prefeitura estariam habilitados a reconhecer. **Sra. Eleonora**
559 **Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Isso é
560 mais para aqueles todos que estão apresentando... **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
561 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Não, mas isso aí é tranquilo, eu até comentei
562 com o Conselheiro Edson hoje pela manhã, que é saudável a gente ter uma linha de tempo
563 mais longo, que amanhã ou depois a gente não está aqui, o que vai valer é o que está
564 escrito. Então está em uma maneira estável. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
565 **Padre Cacique)** – Tem pessoas inscritas aqui, Dautieli está pedindo a palavra, depois é o
566 senhor, já está inscrito. **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo**
567 **Nordlund)** – Eu só vou colocar ali do atestado, do que nós deveríamos colocar aonde se
568 realmente se faz o atestado, por exemplo, eu já fiz, já trouxe esse atestado para o Luis
569 Henrique, antigamente era governança, e eles dão o atestado de funcionamento exatamente
570 com esses dados, os dados da diretoria, eles que fornecem lá, só que na época, agora
571 quando eu já estava de uma vez, eu estava com algumas duas, porque eles não sabiam mais
572 como que ficaria isso. Então a gente teria que entrar em contato com eles, para ver como é
573 que vai ficar realmente esse fluxo lá com eles, o que precisa, tem que dizer para a entidade
574 como é que faz, e alguém fazer esse atestado. E tem o CMAS, que eu não sei se é solicitado
575 também, antes era, o CMAS também diz que tem que ter dois anos de funcionamento. **Sra.**
576 **Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – É que nós ficamos em dúvida
577 porque... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Vocês já
578 verificaram se o Poder Judiciário faz esse atestado de entrega, esse atestado de
579 funcionamento? Que eu não lembro de ter solicitado pela entidade esse atestado, eu sei que
580 o CMAS dá e a governança. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)**
581 – Mas é que nem todas as entidades estão vinculadas ao CMAS, por isso que a gente tirou
582 até, nem todas elas estão no... **Sr. Luis Henrique** – Assim no CMDCA é apenas a diretoria
583 da entidade que aparece ali, não aparece em caso de identificação, diretoria da entidade,
584 mas não aparece o endereço também, o CPF, o CNPJ, no caso o CPF, e o RG de cada
585 pessoa. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – E a função o que é,
586 esse é o atestado. **Sr. Edson Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** –
587 Só o seguinte, nós retiramos a certidão estatal, e nós de ano em ano, nós... E nós... Da
588 Prefeitura, e todos aqueles dados ali nós damos direitinho, a Prefeitura não tolera, e eles
589 aceitam perfeitamente. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mas
590 é que assim, dados de identificação e endereço, não vai endereço, ela foi pegar lá, só vai o
591 endereço do dirigente, não é o endereço da entidade. É isso? **Sr. Edson Aracy Meneses**
592 **Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Da entidade. **Sra. Elisiane Silva de**
593 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – O endereço da entidade vai, sim. **Sr. José Paulo**
594 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Pessoal na gestão passada eu
595 participei dessa Comissão de Registro. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de**
596 **Alimentos – RS)** – O marco regulatório foi exigido do dirigente, por exemplo, Banco de
597 Alimentos teve que votar, eu lembro que o senhor Paulo colocou o endereço dele, a
598 documentação dele junto com as outras. Então precisa, atualmente precisa sim, porque a
599 questão da idoneidade. Sim, tem que colocar, a gente não pode esquecer e ficar faltando
600 uma coisa dessas, tem que ser, a gente só tem que estar presa então, sinalizar. E como fazer
601 isso, talvez colocar lá um cabeçalho, sei lá. Pode criar, mas seguindo os dados de
602 administração do dirigente. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência**

603 **Social e Cidadania – FASC)** – Seria então... **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à**
604 **Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Mas do dirigente são meios solicitados, é
605 solicitado a declaração de idoneidade, declaração de votação eleitoral, tem vários
606 documentos que é diretamente do... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
607 **Cacique)** – Do dirigente, que não é necessário e tem que ver pelo marco, que elas alertaram
608 agora uma coisa do marco, que eu confesso que não sei. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
609 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Pessoal, só uma questão de ordem, não, é só
610 uma questão de ordem. Chegou a ter, acho que mais de dez falas na sequência, que
611 ninguém se identificou, como é que nós vamos ver isso aí na ata depois? A taquigrafia não
612 consegue pegar. Acho que é meio obrigatório registrar, isso aqui é uma ata, isso aí vai gerar
613 uma consequência, uma resolução... Acho que é importante isso. Gestão. **Sr. José Paulo**
614 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Este item 4 eu sugiro que a
615 gente deixe em *standby*, e vai aprontar o que é prioridade da questão anterior. Eu participei,
616 e apareceu uma inscrição com validade, inclusive, de um órgão e tal, que fornecia essa
617 atividade de funcionamento, nós identificávamos que a entidade tinha o mesmo endereço
618 que o Presidente, e o vice-Presidente e o tesoureiro, e o tesoureiro tinha um vínculo com o
619 Presidente familiar, era uma coisa... Então solicitava ingresso de inscrição, um atestado de
620 funcionamento, e estava assim uma bagunça, e tinha que receber esse documento oficial e
621 estava poupando uma inscrição. Então eu sugiro que a gente aprofundasse um pouquinho
622 mais esse item, porque ele tem bastante transferência nisso daqui, porque ele não fala isso
623 que tinha que pegar idoneidade. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
624 **Cacique)** – Só vamos manter a... Quem for falar... Passar aqui a palavra, quem for falar eu
625 vou apresentar então, não fale assim, espere, levanta o braço, pode ser? Às vezes, a gente
626 tem o impulso, então aguarde, por favor. Ana do Banco de Alimentos. **Sra. Ana Paula**
627 **Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – Na verdade eu vejo assim, a gente pode dar
628 mesmo mais uma pesquisada. Mas o que é importante a gente se manifestar? Porque se é
629 uma resolução que é para dar um norte nas entidades, que pedir o registro, nós precisamos...
630 A gente enquanto Câmara de Registro a gente está atento. Essa questão que tu trouxe é bem
631 importante, e juntar, querer esse nome então, quando chegamos na documentação a gente
632 vai verificar isso, e vai pedir, a gente tem visita... Então quanto a isso, a gente só precisa
633 verificar então, onde serão pedidos esses documentos, do mais eu penso que o texto está ok.
634 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ana, uma pergunta, vocês
635 chegaram a pesar o marco regulatório, com é que tem que ser emitido o atestado de
636 funcionamento? Porque agora eles me deixaram com uma dúvida. **Sra. Eleonora Kehles**
637 **Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Quem dá este
638 atestado de funcionamento é o poder público, a secretaria, e até a acha que, muitas vezes,
639 eles dão assim, quinze minutos chegam lá, e a entidade sai com isso ali, sem nenhuma
640 averiguação. Então o que a gente viu, isso não competente a nós, verificar se estão... A
641 responsabilidade é de quem está dando esse atestado de funcionamento, a nós cabe, o que a
642 gente sempre faz, olhar isso, a gente pede também, solicita mais adiante quem é visto, se é
643 o IPTU, ou termo de cessão de posse, para ver se eles têm os termos de cessão de posse do
644 local onde eles estão, e a gente faz a visita para ver, nós já vamos assim, olha, tem gente
645 que já aconteceu aqui, como estamos documentação nós fomos e não achamos até hoje o
646 texto, o endereço externo e não existia nada. Então se nós fizemos essa conferência, se
647 basear só por isso, então a responsabilidade séria é de quem está emitindo esse atestado,
648 quem está dando um atestado sem uma fiscalização também, sem uma receita. **Sra.**
649 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Eleonora, eu como Presidente

650 em exercício do Conselho Municipal do Idoso, eu adianto vários atestados lá, toda semana
651 eles me pedem um atestado, aqui, eu estou falando pelo Conselho, a gente fornece atestado
652 de funcionamento, o Conselho Municipal do Idoso fornece atestado de funcionamento da
653 entidade. Tem vários locais que solicitam, inclusive os bancos, que eles solicitam atestado
654 de funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, os bancos solicitam, as entidades. **Sra.**
655 **Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)**
656 – Tu é responsável pelo funcionamento... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
657 **Padre Cacique)** – Sim, então o que acontece aqui no Conselho? A entidade está registrada
658 aqui, que a gente fornece assim, está com a documentação ok, está tudo ok, ela recebe,
659 provavelmente os outros setores também são assim. **Sra. Ana Paula Mendes Matos**
660 **(Banco de Alimentos – RS)** – Eles não vão fornecer se os dados não estiverem corretos.
661 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – A minha única... Já te
662 passo, Giacomoni, a palavra. A única dúvida que eu acho que não ficou bem claro, é que
663 aqui diz assim, olha, no qual conste relação nominal, ok, vai a relação nominal da diretoria.
664 Dados de identificação, ok, tem o RG e CPF. E endereço dos membros? Não, não é que é
665 dispensa, não existe hoje, eu estou falando que não colocam o mesmo endereço não é
666 colocado, o endereço dos membros da diretoria, mas se está no marco regulatório, a gente
667 pode até falar lá com os outros setores que fornecem dizendo... **Sra. Ana Paula Mendes**
668 **Matos (Banco de Alimentos – RS)** – Mas a gente pode tirar, daí depois se começarem a
669 exigir isso, que agora a gente vai ter uma capacitação certa, um pouquinho melhor, que
670 como é que vai ser mesmo esse regulamento, o marco regulatório é... Então a gente tira, e
671 se precisar alterar o texto, é só...**Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos**
672 **Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Pode esperar uma semana, na semana que
673 vem, a gente pega essas dúvidas, a gente tem uma semana para pesquisar e ajustar. **Sra.**
674 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – O Giacomoni tinha erguido o
675 braço ali, Giacomoni. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes –**
676 **SME)** – Deixasse para o final, igual que vai ser passado no final. Eu gostaria de lembrar
677 quantos detalhes? O que foi feito nessa fala aqui, foi constatado na gestão anterior essa...
678 Que vocês falaram que não só um fornece dados, mas enquanto fornecer atestado de
679 funcionamento para as outras entidades que estão cadastradas conosco? É isso que tem quer
680 ser feito? Então acontece o seguinte, por que nós não criamos... Isso foi feito, mas eu queria
681 aprofundar na discussão por conta elevada do tempo, mas já que puxaram. A situação
682 assim, por que nós não fornecemos esse pleno regular do funcionamento, fazendo as
683 devidas escolhas? Assim como vocês podem dar simplesmente um atestado, quem está
684 cadastrado aqui, pessoal, mas tem que ver se está funcionando essa entidade realmente, que
685 é um local da composição da diretoria, se tem, as eleições são regularizadas de forma
686 regular, se isso um tipo formal, isso sim é um atestado de... Você sabe que é uma referência
687 totalmente idônea, eu não li o marco regulatório assim, mas eu acho que preenche qualquer
688 outra dúvida. Então a minha posição é que esse item seja fornecido pelo... É uma atitude
689 fiscalizadora, porque não precisa pegar em outra entidade, mas o COMUI tem alguns
690 grupos que façam essa própria... Possa fazer essa identificação nesse local, se está pleno no
691 relatório, e assina já o encaminhamento lá. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**
692 **Padre Cacique)** – Giacomoni se a entidade está registrada nesse Conselho, com certeza ela
693 passou pela Câmara de Registro e foi analisada toda a documentação. Ok. Supomos que
694 tem que ser assim, ok. Agora, no próximo... Sim, por isso que elas passam por ali e a
695 documentação está ok, nós confiamos nas Câmaras, por isso a gente assina, aí está tudo ok.
696 Não diz nada, nenhuma relação, nós estamos iniciando, gatinhando, nós estamos iniciando

697 do zero, vamos supor, assim. As entidades, as 57 entidades que tem registradas no
698 Conselho atualmente, não diz nenhuma uma resolução que diz que anualmente elas
699 precisam se recadastrar, e nem que quando trocar, nenhuma resolução diz isso, que quando
700 trocar a sua diretoria, ou tiver alguma alteração estatutária, a entidade tem que encaminhar
701 para o Conselho, não existe essa resolução. Então nós estamos criando juntamente o
702 recadastramento para anualmente as entidades se recadastrarem no Conselho, aí nós
703 podemos fornecer o plano de atestado de funcionamento tranquilos, porque tem uma
704 Comissão que trabalha para isso. E aqui eu peguei o próximo passo depois dessa resolução
705 vai ser o recadastramento, e quem não estiver apto... Aqui, olha, nós temos aqui, olha, esse
706 é o modelo de atestado de funcionamento que o Conselho Municipal do Idoso fornece. O
707 Conselho Municipal do Idoso no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei
708 444/2000, atesta que a entidade, aí coloca o número da entidade, como CNPJ tal, e sediado
709 o endereço, número, bairro, funciona regularmente, com base no registro, e aí coloca o
710 registro que ela é registrada aqui. tendo em sua diretoria os seguintes membros, Presidente,
711 dois pontos, coloca o nome do Presidente. RG e CPF. Esse é o atestado que é entregue hoje
712 no Conselho, esse documento é válido até... E ainda é fornecido uma data de validade, por
713 causa da documentação. Já passo a palavra para vocês. A proposta das gurias, é que além
714 do RG e CPF, incluir o endereço do diretor, alguém ali. essa é a proposta delas. Temos duas
715 pessoas inscritas, senhor Edson e depois senhor Deoclécio. Senhor Edson, por favor. **Sr.**
716 **Edson Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – A Lucia deu uma
717 aula de cadastramento e deixou bem claro. Então na realidade, antes, por exemplo, de dar
718 esse atestado, precisa ver, registra o atestado, tem que passar por tudo isso aí. Então
719 acredito que o trabalho da equipe do registro, certamente olhou o marco regulatório, e não
720 chegamos apenas à uma partezinha do... Não sei quantos artigos tem aí, não tem um... Uma
721 parte. Então eu daria a sugestão de ver tudo, fazer a anotação... Tudo bem, eu, por exemplo,
722 dessa parte aqui, eu não digo nada, porque inclusive as entidades de utilidade pública e
723 estadual, nós pegamos esse atestado aqui na Prefeitura, lá na governança e pedi ele. **Sra.**
724 **Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)**
725 – Gente eu acho que assim... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
726 – Eleonora só um minutinho, tem gente na sua frente. **Sr. Deoclécio da Silva Souza**
727 **(SINDNAPI)** – Não, sobre esse atestado, que ele só pede, e vai se um abrigo, não sei o que,
728 aqui do COMUI, olha-se a ficha, e a partir daí dá o atestado, para que fins, nós constatamos
729 só o da ficha, independente do que está há cinco anos, andando ou não. E aí é comprovado
730 que está funcionando, só pela ficha? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
731 **Cacique)** – Só pela ficha? Não, esse atestado é um atestado que o Conselho está atestando
732 que aquela entidade está em pleno regular do funcionamento. **Sr. Deoclécio da Silva Souza**
733 **(SINDNAPI)** – Pois é isso... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
734 – Pelo registro, pelo estatuto, se a entidade está ok, se o estatuto está o e a ata da diretoria
735 está ok. **Sr. Deoclécio da Silva Souza (SINDNAPI)** – Para que fins esse atestado veio.
736 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Tem vários setores que
737 solicitam o atestado nas entidades, por exemplo, se te for fazer um convênio, você tem que
738 atestar que a tua entidade está em pleno regular funcionamento. O banco também, tem
739 vários locais que solicitam. Eu vou passar para o Luis que o Luis está pedindo a palavra.
740 **Sr. Luis Henrique** – Apenas para concluir a questão, a gente dá o atestado também
741 mediante regulatório de comprovação de atividades envolvidas no ano anterior, e o plano
742 de trabalho a ser desenvolvido para o exercício em curso. Então esses dois elementos têm
743 que estar sendo analisados no regulatório, aí fica mais resistente. **Sra. Elisiane Silva de**

744 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não adianta vocês levantarem a mão e sair
745 falando, nós temos que nos identificar. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal**
746 **dos Esportes – SME)** – Uma questão de ordem. Pessoal, está falando dois documentos,
747 que o senhor Edson e senhor Deoclécio que falou, nós estamos fazendo o seguinte, tem dois
748 documentos sendo comentados, o que nós estamos cuidando aqui é na hora da inscrição, o
749 que a Presidenta está trazendo é quando a entidade já está inscrita e ela quer um atestado
750 que está funcionando, são duas projeções diferentes. O assunto que nós estamos
751 mencionando é o início, isso que eu falei, quando a pessoa quer se inscrever aqui, ela tem
752 que ter esses critérios, e ainda tomando posse de toda verba. Eu posso jogar a minha
753 proposta de encaminhamento para isso, que é que esse atestado de pleno regular
754 funcionamento da entidade, que é do idoso, seja fornecido pelo COMUI, e não precisa ser
755 por outro órgão, nós aparelhamos para ter todo esses documentos, e passar a fortalecer
756 enquanto COMUI. O pleno regular funcionamento de ação do idoso, ponto. Aí quando essa
757 entidade, periodicamente, de dois em dois, sem critério, estabelecendo mais adiante, aí vem
758 isso que o Luis Henrique ficou de trazer, tentar de dois em dois anos, até das suas
759 atividades que faz, isso eu venho insistindo muito que ele faça a apresentação das nossas
760 ações, do banco anterior, para o ano que vem, e outros quesitos. Então ele pode regularizar
761 esses documentos que a entidade acabou de trazer, e formalmente nós podemos fortalecer
762 assim, tranquilo, está sendo regularizado, mas o primeiro passo de entrada, eu acho que o
763 pleno regular de funcionamento tem que ser fornecido por nós. Essa é a minha posição.
764 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Temos a Eleonora, a Ana
765 tinha pedido já a palavra, e tem o Luis. Só lembrando, Giacomoni, na sua fala, que nós
766 estamos solicitando o atestado de funcionamento para registro aqui. Então não pode ser o
767 Conselho que pode dar esse registro. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal**
768 **dos Esportes – SME)** – Não sei como, gente, mas eu acho que não precisa desse
769 documento, no momento que a gente preencheu todos os quesitos que são solicitados.
770 Desculpe, mas assim, todos os quesitos que são fornecidos pela entidade, responsável pelo
771 regular funcionamento, eu acho que nós podemos fornecer, não sei se tem alguma
772 implicação financeira, legal, acho que... **Sr. Luis Henrique** – Só para acrescentar então à
773 discussão. Como é que o Conselho da Criança e do Adolescente raciocina na primeira vez
774 que eles vão vir aqui para se inscrever? Sabe porque o Conselho da Criança e do
775 Adolescente não exige esse atestado de funcionamento já no ato de inscrição? Porque eles
776 vão lá visitar a entidade para ver se realmente ela existe, para ver se realmente ela faz o
777 trabalho, para ver se ela tem sede própria, se ela está tudo ok, de acordo com o Estatuto da
778 Criança e do Adolescente, eles vão lá, e aí quando eles vão lá, aí já fala, essa instituição
779 funciona mesmo, vamos dar o registro para eles. Aí não precisa esse item todo aqui. **Sra.**
780 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Ana Banco de alimentos agora.
781 **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – Na verdade, eu não sei se
782 vocês se lembram, que a gente também pensou em fazer essa resolução o quanto antes,
783 porque a gente está querendo fazer o cadastramento das entidades que já estão atestadas.
784 Então muita coisa que está aí já vai servir para ajudar essas entidades com essa
785 documentação que precisa, do relatório, tem bastante itens. Então eu penso que a gente
786 seguir, deixar acumular, por enquanto, também, se tiver que tirar, suprimir ele de fato
787 então, para a gente ler, pelo menos, até o final desse aí, tiver que suprimir a isso. **Sra.**
788 **Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Luis
789 Henrique, como que o Art. 2º fala que para fazer o registro tem que ter o funcionamento
790 efetivo de dois anos, o Art. 2º, qual é o documento ali que comprova isso? **Sr. Luis**

791 **Henrique** – CNPJ. Respondido e depois no momento em que vocês forem fazer a visita,
792 obviamente que vocês vão ver de cara se é uma entidade que faz o trabalho há muito tempo
793 ou não, isso é fácil de ver, não vão querer ver a entidade chegar e inventar que está fazendo
794 um trabalho de dois anos, que é muito difícil. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação**
795 **de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Mas concretamente é o CNPJ? **Sr. Luis**
796 **Henrique** – Exatamente, concretamente é o CNPJ. **Sra. Maria da Graça Furtado**
797 **(Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Porque pode estar um ano e
798 meio super organizado. **Sr. Luis Henrique** – Mas concretamente é o CNPJ. **Sr. Dautieli**
799 **Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Só para vocês assim,
800 eu acho que fica claro, não sei se está no marco regulatório, a necessidade desse atestado.
801 Mas por que sempre se pede esse atestado? Esse atestado ele te pede, quando tu faz junto,
802 era feito junto com a governança e agora... Ele te pede o CNPJ, alguns alvarás, alvará de
803 localização, o período, aí tudo isso vai juntando. Aí também tem, se eu não me engano é
804 da... Tem vários alvarás que eles te pedem, justamente o que eles e pedem, um plano de
805 ação para o ano, que o próximo ano, e tu vai ter que dar para eles os dois últimos anos, se
806 eu não me engano, de tudo que foi feito, realizado pela instituição. Então através disso eles
807 conseguem, digamos, que ter uma noção do que essa instituição está fazendo, que por todos
808 esses alvarás que eles solicitam. Então eles pedem uma série de documentos para tu
809 conseguir esse atestado, que é esse da... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
810 **Cacique)** – O meu encaminhamento, mantenho o meu, mantém o documento, só retira o
811 endereço. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – O Luis já tira ali
812 então, vamos fazer isso agora. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
813 **Cacique)** – Não, tem que ver se todos estão de acordo, esse é o meu. **Sra. Eleonora Kehles**
814 **Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Eu concordo
815 que tem que tirar, só que assim, nós vamos consultar assim também, porque tem que
816 discernir isso, porque no Banco de Alimentos solicitaram o endereço. Eu acho que a gente
817 pode tirar, mas a gente verifica... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
818 **Cacique)** – Não se o marco regulatório diz, deixa. **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à**
819 **Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Mas isso no atestado, porque o atestado tem que
820 estar divulgando lá as coisas da instituição, isso tem que ficar no atestado, e a gente tem
821 que deixar exposto o atestado. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
822 **Cacique)** – Dauti, é que o marco regulatório, se o Luis lá está falando que fica, confesso
823 que eu não sei. **Sr. Luis Henrique** – Pessoal, quando, por exemplo, se vai passar o recurso
824 para a entidade, um dos documentos exigidos agora, é a carteira de identidade do dirigente,
825 e o comprovante de endereço do dirigente. Por quê? Por causa do marco regulatório. Então
826 aqui, olha, endereço dos membros é realmente por causa do marco regulatório. **Sra.**
827 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Então deixa. Posso continuar?
828 Vocês vão deixar o Poder Judiciário ali? Eu nunca solicitei pelo Padre Cacique atestado de
829 funcionamento do Poder Judiciário. Mas já tem ali a Prefeitura. A não ser a Dautieli ali,
830 mas não me lembro. Beleza, vamos prosseguir então: *“A ata da rejeição de posse, ou*
831 *documento comprobatório do mandato da diretoria em exercício, averbada em cartório de*
832 *registro civil de pessoas jurídicas. Cópia atualizada do documento de inscrição no CNPJ,*
833 *emitido pelo Ministério da Fazenda. Relatório e comprovação de atividades, desenvolvidas*
834 *no ano anterior, assinado por representante legal da entidade, em que descrevam,*
835 *quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas com idosos. 8º, plano de trabalho a ser*
836 *desenvolvido para o exercício em curso. 9º, certidão geral de débitos tributários do IPTU,*
837 *ou documento comprobatório de autorização de uso ou cedência de espaço físico para*

838 *entidades ou grupo que não possuam sede própria*". Da para incluir alguma coisa ali, e as
839 entidades que são isenta de pagar IPTU, certidão geral. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
840 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Mas ela tem o
841 documento. Não, porque eu entendo que o IPTU comprova que tem ali. Essa cessão de uso,
842 gente, nós vamos ter que discutir depois também, aquelas que são itinerantes, que existem
843 algumas atividades aqui, que não tem, hoje estamos com serviço aqui, amanhã já limita e
844 tal, seja de maneira que se registrou. **Sr. Luis Henrique** – Só um detalhe, certidão geral de
845 débitos municipais, não precisa tributários e IPTU, municipais, daí se a pessoa tiver devido,
846 o IPTU também vai aparecer. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
847 – “10º, caso a entidade se enquadrar como Instituição de Longa Permanência para Idosos,
848 ILPI, há necessidade de apresentação de documento que autorize seu funcionamento”.
849 Sinceramente não entendi isso. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos**
850 **Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Alvará de funcionamento. **Sr. José Paulo**
851 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Basicamente sanitária, esse
852 documento que tem... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Da
853 vigilância sanitária sim, só que não existe um alvará de funcionamento. **Sr. José Paulo**
854 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Mas não fala em alvará. **Sra.**
855 **Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)**
856 – Qual o documento que autoriza o funcionamento? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
857 **(Asilo Padre Cacique)** – Então colocar aqui, alvará de funcionamento. **Sr. Roberto**
858 **Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Qualquer atividade formal
859 em Porto Alegre, para funcionar tem um documento da SMIC, ou agora no caso Secretaria
860 de Desenvolvimento Econômico, se chama alvará de localização de funcionamento, plano
861 diretor de Porto Alegre define quais bairros, qual tem que ser residencial, industrial e
862 serviço, enfim. Então esse documento atesta que aquela atividade pode naquela região, e
863 que a documentação está correta e tal. A Presidente Elisiane estava comentando que tem
864 visto alvarás às vezes, definitivo e às vezes, por prazo indeterminado. É o seguinte, alvará
865 em tese, ele é definitivo, atende todos os requisitos e está aqui, e ele permanece válido, ele
866 não é perpetuo, ele é indeterminado. Por quê? Porque ele vale enquanto estiverem presentes
867 os requisitos de qualidade, é a mesma empresa, com a mesma atividade, no mesmo
868 ingresso. Quando algumas das condições ainda não está satisfeita, problema do Habite-se,
869 prevenção de incêndio, eles dão alvará provisório por prazo indeterminado, eles renovam lá
870 mais uma ou duas vezes, enfim. Então poderia ser o alvará da SMIC. Algumas atividades,
871 as de saúde especialmente, tem sua validade condicionada, e isso está expresso no alvará da
872 SMIC, dizendo, esse alvará só tem validade mediante o alvará complementar da saúde,
873 onde serão detalhadas as suas atividades. Então entidade normal vai ter o alvará da SMIC,
874 aquela que o serviço de saúde vai ter o da SMIC, mas o de saúde pedindo o que ela está. **Sr.**
875 **José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Mas não do ILTI?
876 **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Não,
877 qualquer serviço, qualquer entidade, qualquer grupo, qualquer... **Sra. Elisiane Silva de**
878 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Então nós temos que alterar ali. Que ali só está
879 pedindo para ILTI. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde –**
880 **SMS)** – A lei fala todos, mas todos... Aí fica... Então faria uma análise sobre isso. **Sr.**
881 **Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Toda ILTI
882 vai ter que ter o alvará de localização de funcionamento, nesse caso eu acho que já que vai
883 ser solicitado, que a gente coloque nome, alvará de localização e funcionamento fornecido
884 pela SMIC. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Alvará de

885 localização e funcionamento. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos**
886 **Esportes – SME)** – Mas aí ele abrange, ele tem algum documento específico? **Sra.**
887 **Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)**
888 – Mas eu acho que mais importante ILTI, está exigido um grupo de convivência. **Sra.**
889 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Sim eu estou entendendo, eu
890 estou falando assim, que é para um e é para outro. Eu não sou contra, por mim pode deixar
891 ali. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga –**
892 **ASMOJI)** – Eu acho que várias coisas que vai precisar do ILTI, não precisa ter de
893 convivência. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** –
894 Não deixa os sistemas de ILTI de uma vez, você põe situações de, quanto mais corrigir e
895 classificar, mais aparece especificidades dos trabalhos, não sei se vocês não... **Sra. Elisiane**
896 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Vamos passar então para o próximo:
897 *“Caso a entidade se enquadrar como Instituição de Longa Permanência para Idosos, ILTI,*
898 *há necessidade de apresentação do alvará de localização e funcionamento”*. Pode ser?
899 Apresentação de... Pode ser de, Luis, de alvará de localização, pode ser isso? **Sr. Dautieli**
900 **Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Por exemplo, até não
901 queria tumultuar, mas eu não sou da Casa, outros locais teriam que ter também alvará de
902 localização e funcionamento, não só ILTI, não é que eu trabalho no ILTI, mas não existem
903 só os grupos de movimentos, tem outras instituições que também são passíveis de ter esse
904 alvará, passíveis não, deveriam ter. Porque se for cobrar da ILTI, também tem que ser
905 cobrados delas. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde –**
906 **SMS)** – Eu acho que cada atividade tem que ter o alvará pertinente com a sua natureza da
907 sua atividade, todas tem que ter, aquelas que tem atividades mais complexas, vão ter o
908 licenciamento mais amplo, mais alvarás, mais requisitos, as outras de funcionamentos mais
909 simples vão ter um licenciamento mínimo, o alvará da SMIC em condições normais sai em
910 cinco minutos, tendo assim, o básico, o CNPJ, ou o estatuto, não, aí se a memória tiver
911 problemas, se tiver a sede não estar regularizada, não tem documentação, aí fica mais
912 complicado, funciona dentro da apartamento da pessoa, aí já são exceções. Podemos deixar
913 isso em aberto, em tese ela tinha que ter um licenciamento adequado. **Sr. José Paulo**
914 **Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Isso que eu tinha levantado
915 ali, olha, tem que deixar aberto, e nesse caso é importante, a gente entender, que a gente vai
916 envelhecendo, tem uma diferença bem significativa, também vai criando expectativa, até
917 chegar nesse termo que é o hospital. Eu acho que esse nível de exigência de a entidade estar
918 estruturada, tem um monte de escola para poder aprimorar isso. **Sra. Maria da Graça**
919 **Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Assim, olha, o Item 4
920 que nós estudamos há pouco, lemos, pede um atestado de pleno e regular funcionamento. O
921 Item 4. E no Item 10 também, pede um alvará de localização de funcionamento, o objetivo
922 é o mesmo, do 4 e do 10. Então são certidões diferentes. Qual é a certidão que é diferente?
923 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não Giacomoni, a gente
924 precisa estudar item por item, e discutir aqui, não pode deixar nada em aberto, a Graça está
925 falando. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania –**
926 **FASC)** – O item 4 pede regular funcionamento, o Item 10 também, se há diferença tem que
927 escrever qual é o documento então, qual é o documento, só isso. **Sr. Dautieli Marinho**
928 **(Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Eu solicitei esses dois, eu fiz o
929 processo há pouco tempo desses dois documentos, então eu sei como é que funciona. O
930 pleno regular funcionamento fornecido pela antiga governança, ele pede uma série de
931 documentações que nem eu falei, mas além deles eles pedem esse alvará também, precisa

932 desse alvará, precisa de outros alvarás, tu precisa ter o documento ali que fala do relatório
933 de aprovação do último ano, o plano de ação do ano. Esse é o documento fornecido pela
934 Prefeitura onde eles pedem geral, a localização e funcionamento, eles vão te pedir outros
935 documentos, e lá eles vão te dar o alvará regulatório. A SMIC, eles pedem esse... É
936 localização e funcionamento, para saber que lá naquele local, vão te dar o alvará, para estar
937 lá exposto na parede, dizendo que aquele local ele exige uma permissão, que ele exista para
938 funcionar naquele local. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social**
939 **e Cidadania – FASC)** – Mas o primeiro já não pede isso? **Sr. Dautieli Marinho (Asilo**
940 **Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** -Não, o primeiro tu tem que ter uma
941 localização de funcionamento da SMIC, já tem que ter o local e o alvará. **Sra. Elisiane**
942 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Plano irregular de funcionamento, tem
943 que ser pleno, pleno regular, que ele está ativo. Teria além disso também o alvará. Primeiro
944 é três da SMIC, e depois é o da... **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família**
945 **Gustavo Nordlund)** – Se fosse o caso, teria que colocar, por exemplo, as instituições de
946 saúde teriam que colocar alvará de localização de funcionamento, anexando o alvará de
947 saúde. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – É que ILTI ela não
948 se enquadra como instituição de saúde, ela se enquadra como instituição da assistência,
949 então não dá, daria para colocar aqui junto hospitais, e hospitais. **Sra. Eleonora Kehles**
950 **Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – E nas
951 instituições de saúde, o alvará. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
952 **Cacique)** – Só um minutinho, colega, eu tenho o colega Giacomoni, ele está com dúvida,
953 ele quer fechar o Item 4, que eu entendi, não ficou fechado, não ficou em aberto, ficou
954 fechado, sim, continua ali, só foi retirado o poder público. É que ele falou, e ele quer deixar
955 esse em aberto também. **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes**
956 **– SME)** – Porque o 4 se for colocar no *e-mail* de algumas pessoas, que a gente ia dar esse
957 atestado no Item 4, o COMUI ia formar, formatar, foi isso que eu questionei. **Sr. Dautieli**
958 **Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** – Como que a gente vai
959 fornecer esse atestado se a gente está cadastrando a entidade? A gente no cadastro a gente
960 já solicita esse documento da Prefeitura de Porto Alegre, a Prefeitura dizendo que já existe
961 esse pleno alvará de funcionamento, a gente vai verificar depois se existe essa entidade pela
962 Câmara de Registros, ela vai lá e vai verificar, mas ela já tem que ter um atestado de
963 funcionamento, é o ingresso, não os que já estão aqui. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
964 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Esse é o ingresso. **Sr.**
965 **José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Dauti aí é que está
966 o problema, talvez eu não consegui me expressar de novo, me desculpem, por favor, esse
967 foi o problema exatamente da gestão anterior, que vinha o atestado regular de permanência,
968 e nós vimos constatar que não funcionava, aí nós da visita via que não era regular o
969 funcionamento, mas ele podia nos contestar porque documentalmente ele era. Então esse
970 choque do documento com a realidade, que eu queria tirar esse Item 4 e deixar esse item
971 como eu estou falando, ele é disponível propriamente dito, foi isso que eu entendi, mas eu
972 não tinha me justificado, a minha fala. Por isso que eu entendi que essas tinham que ser
973 cancelada, o 4. Sinceramente, não foi levado adiante, o Luis Henrique recorda, foi isso que
974 falou, que era uma região lá? **Sr. Luis Henrique** – Sim. **Sr. José Paulo Giacomoni**
975 **(Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Eu também entendi isso. Então para mim
976 foi retirado o 4, ou coloca isso junto com o 10 para poder formatar melhor. **Sr. Edson**
977 **Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – O Giacomoni, o que a
978 Dautieli colocou claramente, o que enunciar a governança local, e pediu para nós, para

979 poderemos tirar lá a certidão de e atividade pública estadual. Todos esses documentos, se
980 estão todos os documentos... **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família**
981 **Gustavo Nordlund)** – Praticamente eles pedem estadual e municipal, atividade pública, e
982 do pleno regular de funcionamento, eles pedem os mesmos documentos. E quais são esses
983 documentos? Eles pedem os alvarás, que é o alvará de localização e funcionamento, pedem
984 o relatório do ano anterior, o relatório da posterior, plano de ação, pedem todos esses
985 documentos. Isso é algo válido inclusive para o Estado, porque a atividade pública estadual
986 solicita. Então realmente, eu acho que essa parte que coloca aonde se registra e recebeu, em
987 algum momento esse atestado da instituição não existia, bom, aí a gente teria que verificar
988 o que está acontecendo, o que aconteceu ali, se foi fornecido esse documento, e por que
989 essa instituição não exige, de repente aconteceu alguma questão aí nesse meio. Mas olha,
990 para mim é importante esse documento, porque eles te pedem muitas coisas, e que tu já
991 pode depois ir excluindo ao longo dentro desse documento, esse documento eles já vão ter
992 ali os relatórios para te dar depois, para o próprio Conselho, eles fazem esse documento e já
993 vão autorizar. E também tem aquela questão, que eu observo por mim, tu vai aprendendo,
994 cada ordem da Prefeitura, onde tu vai encontrar, como é que tu vai fazer, e vai lidando com
995 isso depois, até para quando tu vier para cá para o Conselho, tu sabe como direcionar as
996 questões, tu sabe que precisa de documento. Tem a burocracia que é ruim, claro que é ruim,
997 por mim não existiria, mas é necessário, aí tu acaba entendendo isso. Foi o que eu observei
998 enquanto entidade. Foi difícil? Muito difícil, porque te pedem mil documentos, mas aí com
999 esses documentos tu vai buscando outras questões, para mim acho que foi importante. **Sra.**
1000 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Até o número 10 está ok?
1001 Podemos passar? Se não ficasse fechado 100% ele falava. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
1002 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu tenho uma sugestão, acho que dá para ir
1003 adiante, acho que já amadureceu bastante, e nessa próxima semana a gente vai ver o
1004 detalhe, que por acaso... Eu acho que se tiver uma ideia melhor que simplifique e facilite,
1005 acho que não é proibido, não vamos é voltar no debate e recuar. Eu acho que manter o
1006 acúmulo de conhecimento que a gente produziu até agora, que parece bom, de bom até
1007 muito bom, e ver esse detalhe do alvará X, qual entidade tem, não tem, o que está limitado
1008 a dar o atestado, não sei se esse atestado é útil, porque alguém comentou que o atestado
1009 parece que não atesta o funcionamento em si efetivo, e sim um funcionamento documental,
1010 o que também para nós me dá a impressão que não seria suficiente, porque mesmo com o
1011 documento na mão não significa que esteja funcionando. Então acho que esse é o nosso
1012 olhar, ter uma visão delicada para ele. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1013 **Cacique)** – Deixa só eu perguntar uma coisa, se tem entidade ali que não exige, como é que
1014 ela passou então pela Comissão? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos**
1015 **Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Não passou, nós vedamos. **Sra. Elisiane**
1016 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não, anterior, se é a questão falando ali
1017 que tem... **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim**
1018 **Ipiranga – ASMOJI)** – A que apareceu para nós mesmo com atestado, com endereço e tal,
1019 e nós fomos acho que ano passado, nós fomos e não achamos nenhum endereço. Daí claro
1020 que não passou. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – E como é
1021 que foi o registro então? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do**
1022 **Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Não foi feito o registro. **Sra. Elisiane Silva de**
1023 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não, estou falando nessa, estou falando outras ali.
1024 **Sr. José Paulo Giacconi (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Aquela que eu
1025 mencionei, também, você falou exatamente sobre atestação, tanto é que o documento que

1026 vocês querem, é que aí nós pedimos que a visita que fez a intervenção, e aí no caso não
1027 veio mais. Vocês lembram desse caso? Eu acho que se a gente tira essa coisa das entidades,
1028 das atividades, a gente identifica esses problemas na prática, Dautieli, quem está na
1029 Comissão de Registros que sente isso na pele. Entendeu? Tanto que aconteceu naquela
1030 oportunidade e foi riquíssimo, acho que essa Comissão é tão importante quanto às outras,
1031 mas ela é a porta de entrada que dá o gabarito e a ansiedade que as pessoas têm que ter,
1032 porque a entrada, me desculpem a expressão, qualquer chinelo de dedo por aí, está assim, a
1033 gente vai controlando mesmo, o pessoal, me desculpem, nós vimos os dados, o Governo
1034 chulo, mas é essa... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
1035 Podemos prosseguir então, e deixar esses dois em aberto, pode ser? O 4 e o 10. **Sr. Edson**
1036 **Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Eu acho que o 4 está bem. E
1037 ficou exaustivo o que ela colocou, nós tivemos essa experiência, uma série de documentos
1038 que antes... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mas é que
1039 assim, o colega não está satisfeito, então a gente deixa em aberto. Senhor Edson e Dautieli,
1040 o seguinte, é assim, olha, nós vamos pesquisar mais sobre essa Comissão, pode pesquisar
1041 mais sobre isso, sobre esses dois itens, e a gente no próximo dia a e luta e discuti isso. Pode
1042 ser assim? Vai ficar bem para todos. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria**
1043 **Municipal da Saúde – SMS)** – A Presidente prefere ir adiante, e permite que a gente olhe
1044 um pouco para ver se a gente vê alguma coisa, a gente olha aqueles pontos que falta, depois
1045 que eu já estou mais convencido, mas tem coisa que eu considero que eu estou um
1046 pouquinho inseguro de bater o martelo, eu já estou mais ou menos no fim, mas ainda não
1047 chegamos lá, eu acho... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
1048 “11°...”. **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo Nordlund)** –
1049 Nós vamos aprovar se é importante a questão não existir essa entidade, então nós vamos
1050 comprovar de qualquer forma. Bom tem o atestado, a Comissão foi lá, não existe a
1051 entidade, não vai ser aprovado. Então não tem atestado. Essa era a minha dúvida, que aí me
1052 preocupa. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Mesmo tendo o
1053 alvará ou não tendo... Aí tem que ir em cima da Secretaria que forneceu a documentação.
1054 **Sr. José Paulo Giacomoni (Secretaria Municipal dos Esportes – SME)** – Fica ruim
1055 para... **Sr. Edson Aracy Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Para isso
1056 existe o recadastramento. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
1057 “11, não será homologado o registro quando houver falta de documentos constante nessa
1058 resolução. 12°, será negado o registro à entidade que não ofereça instalações físicas com
1059 condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, que não
1060 apresentem plano de trabalho com ações referente à pessoa idosa. Que não esteja
1061 regularmente constituído, que tenha em seus quadros pessoas inidôneas, Art. 48 e
1062 *Parágrafo Único, Inciso I da Lei 8842 de 04 de janeiro de 1994*”. É isso? **Sr. Luis**
1063 **Henrique** – Aqui só para deixar destacado, eu creio que é não documento que tem
1064 qualidade jurídica. Então aqui, olha, a gente coloca 12, e cada um dos itens que tem, A, B,
1065 C. Aqui já é a letra A. E a letra B. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de**
1066 **Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Eu acho que antes de plano de trabalho, olha:
1067 “Será negado pedido de entidades que...”. Dois pontos. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
1068 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu ia perguntar qual é o critério de pessoas
1069 inidônea? O que é uma pessoa idônea e o que é inidônea? **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1070 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Esse é praxe, tem que
1071 estar em cada projeto, da Prefeitura é um atestado de idoneidade. **Sr. Roberto Rodrigues**
1072 **da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Fornecido por quem? De que

1073 maneira? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim**
1074 **Ipiranga – ASMOJI)** – A entidade dá, o seu dirigente. **Sra. Elisiane Silva de**
1075 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Só do Presidente? **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1076 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Isso vale para qualquer
1077 projeto. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu
1078 acho adequado que se tem o filtro, acho bem adequado, só que hoje em dia, uma pessoa
1079 pública que dirige uma entidade ele está sujeito lá, ele vai ter alguém que, sei lá, um B.O,
1080 alguma coisa sobre sua atividade, acho possível assim. Então não sei porque... Mas se é
1081 fornecido pela entidade, tranquilo, porque aí gera responsabilidade da entidade. **Sra.**
1082 **Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)**
1083 **– Responsabilidade. Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice Família Gustavo**
1084 **Nordlund)** – Faz em cartório.

1085 **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga –**
1086 **ASMOJI)** – Três documentos que são obrigatórios que envolvem projeto, aqui tu não
1087 entrega menor, são três atestados, não entrega da entidade, não entrega menor, e não atribui
1088 a partido político quem seja inidônea. Sem esses três você não passa... **Sra. Elisiane Silva**
1089 **de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Por que vocês não citam esses três então?
1090 Assim, olha, em seu quadro pessoal, o que dá... Não, mas em seu quadro. Depende do
1091 quadro que vocês querem de funcionários, então eu acho que deveria especificar isso ao
1092 dirigente. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – A
1093 minha dúvida anterior, eu estou olhando o núcleo do Inciso XI, XII, na verdade, as alíneas
1094 ali, mas eu estou pensando o seguinte, tem uma certa redundância ali, porque a gente impõe
1095 como condição para ser deferido... A gente exige que tem um plano para ser deferido, a
1096 gente não precisa então dizer que vai ser indeferido se não tiver o plano, por exemplo, o
1097 próximo item é parecido também. A gente exige que seja regularmente constituída. Então
1098 eu acho que a gente não precisa inovar e ser indeferido se alguns forem regularmente
1099 constituído. A partir da idoneidade, pelo o que eu vi, são oito requisitos, que eu não
1100 acompanho no dia a dia, não sei quais são os itens que agora expôs ali. E gostei da
1101 inovação muito boa, é uma expressão que eu vejo com frequência, mas na RDC 283 da
1102 ANVISA, condições que já vi, já vi de habilidade, salubridade, segurança, se supõe
1103 proporcional ao tipo de atividade que desenvolve. Então é tranquilo. **Sra. Elisiane Silva de**
1104 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – E essa declaração aqui, de idoneidade, nós
1105 solicitamos lá na resolução. A declaração para registro aqui, se vocês pediram a declaração
1106 de idoneidade, porque diz aqui, olha, não será registrado, mas nós pedimos isso lá na
1107 empresa? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim**
1108 **Ipiranga – ASMOJI)** – Não se pede. **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice**
1109 **Família Gustavo Nordlund)** – É que a gente se baseou também na... Que eles pedem, da
1110 criança, e assim, a gente quer fazer o mais completo possível para que não... **Sr. Roberto**
1111 **Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Uma sugestão é tirar
1112 então esse parágrafo aí, e colocar junto com os requisitos para a inscrição precisa... **Sra.**
1113 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Na declaração vem e junta... **Sr.**
1114 **Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Juntar os dois,
1115 vão ficar mais claros. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** –
1116 Solicita uma declaração... **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da**
1117 **Saúde – SMS)** – Puxa esses itens como requisitos, mas a descrição precisa de formulário,
1118 estatuto apta, declaração de idoneidade, emprega menor... **Sra. Elisiane Silva de**
1119 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Tipo, é uma declaração também outra, que o

1120 Presidente não seja remunerado, vocês têm que pedir todas essas declarações aí. Essa que a
1121 Eleonora falou, que não emprega menor. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos**
1122 **Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Isso quando eles trazem para projeto, não
1123 sei se há necessidade no registro a gente pedir isso, não sei se para registrar a entidade a
1124 gente precisa isso. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde –**
1125 **SMS)** – Mas pelo o que eu entendi, nós estamos negando registro se ela não apresentar.
1126 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Eleonora o que nós
1127 entendemos lendo aqui? Olha, que será negado se não apresentar. **Sra. Eleonora Kehles**
1128 **Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Que tenha em
1129 seu quadro pessoa... Não diz aqui. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de**
1130 **Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Assim, esse item não precisa estar ali, basta
1131 colocar o que precisa no item que são documentos necessários, as declarações. A única
1132 coisa ali que não tem porque da vigilância, é o registro de que está em condições, para
1133 fazer. Então essa questão das condições físicas, higiene, salubridade, da saúde. **Sra.**
1134 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Saúde dar o alvará, porque tem,
1135 exato. **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – Então vocês
1136 sugerem tirar esse item então? **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1137 **Cacique)** – Mas vocês solicitaram o alvará da saúde? **Sr. Luis Henrique** – Aqui tem um
1138 item jurídico, tem em seus quadros pessoas inidôneas. E quem vai fazer prova contra si
1139 mesmo? Mas não que não é legal. Então aqui... E tem que provar que é uma pessoa legal, e
1140 não provar que ele é. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do**
1141 **Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Mas a declaração que sai daqui como modelo é nesse
1142 termo. **Sr. Luis Henrique** – A pessoa tem que provar que é idônea, mas ela não vai provar
1143 que ela não é idônea. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Uma
1144 proposta, vocês troquem então, pedem uma declaração que o dirigente é idôneo. **Sr. Luis**
1145 **Henrique** – Isso sim, ele vai provar que ele é, agora, ele não vai provar que ele não é. **Sra.**
1146 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Eles solicitam. **Sr. Roberto**
1147 **Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Vou colocar os
1148 comportamentos hoje são cada dia com mais liberdade, vamos simular, por exemplo, uma
1149 pessoa que tem um filho fora do casamento, isso é um comportamento idôneo ou não é
1150 idôneo. **Sr. Luis Henrique** – Vamos fazer assim, batedor de carteira, mas ele é o cara que
1151 sabe, é o Presidente da entidade, nas horas vagas ele é o ladrão. Mas ele vai provar que é o
1152 ladrão? Não, ele vai provar que não é um ladrão. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque**
1153 **(Asilo Padre Cacique)** – Ninguém vai dizer, eu atesto que eu sou... **Sra. Ana Paula**
1154 **Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – Mas então vamos suprimir isso aí, é isso?
1155 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Luis, eu acrescentaria
1156 nessas solicitações aí aquelas declarações já, até mesmo para a entidade ir se adequando,
1157 depois na prestação de cotas, aquelas certidões que eles nos solicitam, que é a de não
1158 empregar menor, de não... **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** –
1159 Mas é que isso aí já impediu depois no projeto, daí não tem porque a gente pedir... **Sra.**
1160 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não, no projeto não pede, depois
1161 só pede... **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – Mas é só uma
1162 coisa, que aí na resolução de vocês, de projetos, vocês vão ter que colocar, não vão? **Sra.**
1163 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não. Daí a gente vai ter que
1164 estar de acordo com a prestação de contas, é isso? **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco**
1165 **de Alimentos – RS)** – Isso, daí a gente não... Tem coisas que a gente até pensou em votar,
1166 nós tiramos porque tem a opinião de vocês. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo**

1167 **Padre Cacique)** – Eu não sei o que vocês acham de suprimir a 12 toda? **Sr. Roberto**
1168 **Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – O que for útil na 12, me
1169 dá impressão o que for útil ali, a letra A eu gostei, a letra B acho que já estaria
1170 contemplada, a C já estaria contemplada, e a D não houve nenhuma de existir, não sei se
1171 tem essa norma, mas é que eu acho que é desnecessário, ela não prova nada de ninguém.
1172 **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – Tem uma coisa, olha só,
1173 quando tu... Pode colocar então já que vocês acham que é legal ficar, colocar então um
1174 tempo para que a entidade possa se adequar, já que a gente vai fazer visita. **Sra. Eleonora**
1175 **Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Fica
1176 arquivado até entregar, quantos nós temos aqui arquivado por não ter documentação
1177 completa? Fica arquivado, a gente não emite, fica arquivado até entrar documentação. **Sr.**
1178 **Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu concordo em
1179 partes, Conselheira Eleonora, que é o seguinte, a Prefeitura às vezes, o pessoal dá ingresso
1180 para o processo vazio, só com o requerimento, nada dos documentos que devem instruir o
1181 requerimento, fica em comparecimento aguardando que ele complete. Esse é um processo
1182 de documentação, na regra geral só tem que ficar um ou dois ou mais em aberto, isso acaba,
1183 por incrível que pareça, depondo contra o órgão, tu pediu para aprovar um projeto para
1184 construir um prédio, tu não colocou nada dentro, está lá guardando sua providências,
1185 passou um ano e passou dois, e aí você está sendo cobrado porque tua obra está em
1186 andamento, e cadê o projeto? O pedido faz mais de um ano, e vocês estão se enrolando e
1187 não me forneceram, não, fornecemos porque tu não trouxe os documentos. Então a gente
1188 tem que fixar um prazo, minha sugestão inicial, para a gente refletir 90 dias, podendo
1189 prorrogar critério da Câmara, não solucionou aqueles indefere e arquiva, senão ele fica
1190 aberto perpetuamente depondo contra nós, dando a impressão de inércia nossa, quando na
1191 verdade, é fato deferente. É uma situação bem comum, e que o próprio Judiciário tem
1192 sobrado com força, mas está aberto faz três anos. Quem mandou fornecer? Não, porque a
1193 documentação não está completa. Mas se não está completa, indefere. O próprio Judiciário
1194 nos cobrou, o Ministério Público nos cobrou uma resposta, está ok, ok, não está ok, fixa um
1195 prazo mais largo, passou pelo prazo, se requerer e comprovar que não teve por fatores
1196 externos, renova o prazo. Não trouxe a documentação, não comprovou porque não trouxe,
1197 um fato que justifica essa demora, arquiva-se com deferendos. Sugestão inicial de 90 dias,
1198 puder só registrar. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim**
1199 **Ipiranga – ASMOJI)** – Mas não é nós, é o Conselho. **Sra. Elisiane Silva de**
1200 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – E o 12 como ficou? Já li tudo? **Sra. Eleonora**
1201 **Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Se a
1202 gente for visitar e vê que não tem essas condições, a gente vai negar... **Sr. Edson Aracy**
1203 **Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Eu acho que colocar, tem que dar
1204 um prazo, vamos continuar aquele prazo, vai deixar infinito aquele negócio aberto ali. **Sr.**
1205 **Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Não cumpriu, dá
1206 o prazo, segundo o prazo, ou cumpriu e resolve, ou pede a prorrogação, terminou o prazo,
1207 não cumpriu e não pediu nada... Aqui ele pede o prazo, de desinteresse, enfim. **Sra.**
1208 **Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)**
1209 – A gente tem que colocar o prazo de 30, 60 dias para se adequar, complementar a
1210 documentação após esse prazo, senão não vai ser arquivado. É isso? **Sr. Edson Aracy**
1211 **Meneses Ferreira (Instituto Nacional da Próstata)** – Faltou uma questão aqui que vai ser
1212 arquivada enquanto prorrogável para mais 30 dias. **Sr. Luis Henrique** – Após o prazo será
1213 arquivado. **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim**

1214 **Ipiranga – ASMOJI** – O dia que ela quiser atualizar a documentação. Não, mas precisa
1215 ter, o tempo, que qualquer um tem como atualizar. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
1216 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu acho que indeferido. Porque senão também
1217 gera essa... **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não, mas daí,
1218 60 dias do que de apontar... **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da**
1219 **Saúde – SMS)** – Não precisa, eu acho que isso subentende, vai ser 60 dias... **Sra. Eleonora**
1220 **Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Apesar
1221 que vou dizer para vocês, se eu não me engano, tem um item, faz tempo que eu não olho a
1222 resolução, me parece que nós colocamos um item que só vai chegar na Comissão com a
1223 documentação completa. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – E
1224 quem é que vai analisar isso? **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores**
1225 **do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Não, vai fazer o recebimento ali, eles não fazem, e o
1226 recebedor recebeu, se chegar a documentação... Aí tinha colocado isso, e aí eu acho que
1227 teria caracteres que seria também... Art. 7º, a análise da documentação será em punho,
1228 ordenado por ordem de recebimento, considerando a entrega, protocolo... **Sr. Roberto**
1229 **Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu gostaria que fosse
1230 assim, mas eu não acho viável, porque a gente estaria passando as atribuições da Câmara
1231 para o Administrativo, cabe à Câmara se manifestar sobre a documentação, está correta ou
1232 não. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não, não é só no
1233 *checklist*, CNPJ, estatuto, é isso. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre**
1234 **Cacique)** – Mas a gente nem chegou nesse item aí. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1235 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Olha aqui, não será
1236 homologado, 11º ali, olha, não será homologado o registro quando houver a falta de
1237 documentação constantes na resolução. Essa daí é outra coisa que... **Sr. Luis Henrique** –
1238 Um complemento o outro, olha, o 12 está complementando o 11. **Sra. Eleonora Kehles**
1239 **Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Vamos deixar
1240 esses itens assim, será arquivado e indeferido, é isso? Indeferido. **Sr. Roberto Rodrigues**
1241 **da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Eu não quero assustar vocês, mas só
1242 pelo número de dúvidas, cada núcleo de palavras, por exemplo, tem arquivamento com
1243 baixa e arquivamento sem baixa, o troço é... Um dá direito a gente dá, outro não... **Sra.**
1244 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Vamos seguir? Até vamos
1245 estipular o horário aqui, mais dez minutos, ok? Mais dez: “*Durante a análise da*
1246 *documentação a Câmara...*”. Não é Comissão: “*A Câmara de Registro fará visita à*
1247 *entidade para confirmação dos dados*”. Ok? O Roberto incluiu um item aqui, vírgula:
1248 “*Bem como atestar o regular funcionamento*”. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
1249 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Era uma sugestão de que nós fizéssemos a
1250 primeira análise enquanto o regular funcionamento, atestado pela própria Câmara de
1251 Registro, no mínimo dois Conselheiros pessoalmente estiveram lá, e mais efetivo do que
1252 isso, não precisa. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Seção
1253 dois... **Sr. Luis Henrique** – Vamos ver se na prática funciona aqui, só para ser chato... Não
1254 se é homologado o registro quando houver falta de documentos constantes nessa atribuição.
1255 Isso vai ser analisado pela pessoa que vai receber na entrada, ou vocês... O momento que a
1256 gente faz os documentos, vocês é que vão dizer? **Sr. Roberto Rodrigues da Silva**
1257 **(Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Homologação é a manifestação final sobre o
1258 processo completo, não é prévia, é posterior, no final. **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1259 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Eu acho que ali inverte,
1260 volta o 11 no lugar do 12, acho que não será homologado quando faltar os documentos. **Sr.**

1261 **Luis Henrique** – Isso sim, essa palavra homologada está indicando isso. Mas quando
1262 houver falta de documentos, a gente vai passar para vocês já com falta de dos? **Sra.**
1263 **Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – A ideia da Câmara que ela está
1264 passando, é que só chegue para a Comissão com a documentação completa, faça o *checklist*
1265 ali, olha, tem CNPJ, tem estatuto. É isso gurias? Tem atas... **Sra. Eleonora Kehles Spinato**
1266 **(Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – E se está faltando, deixa
1267 eles. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Não é necessário
1268 analisar, mas só ver se está. **Sr. Luis Henrique** – Mas assim, então. Então a gente
1269 constatou na entrada que falta documentos, e aí qual é que o sentido dos 60 dias? **Sra.**
1270 **Eleonora Kehles Spinato (Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)**
1271 – Está certo. **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** –
1272 E vocês mesmos poderiam fixar os 60 dias, ou informar que falta documento X, Y e Z. **Sr.**
1273 **Luis Henrique** – Sim, não é possível então não começa a contar os 60 dias, não entrou.
1274 **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – É que na verdade a ideia
1275 dos 60 dias, é quando a gente faz visita, e aí a gente percebe que tem algum problema, que
1276 pode se adequar, enfim, vamos pensar... **Sra. Eleonora Kehles Spinato (Associação dos**
1277 **Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI)** – Acho que daria para completar com o
1278 11°... **Sr. Luis Henrique** – Então talvez não seja, aqui, olha, será dado um prazo de até 60
1279 dias, para a adequação da entidade em si, e não da documentação solicitada. **Sra. Elisiane**
1280 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Para adequação da solicitação da Câmara.
1281 **Sr. Luis Henrique** – Exato. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)**
1282 – Se vocês solicitarem alguma coisa, mas é se o estatuto não contém idoso, se o endereço
1283 não está de acordo... **Sr. Luis Henrique** – É muito sujo o ambiente... **Sr. Roberto**
1284 **Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Será concedido o prazo de
1285 60 dias para complementação da documentação, ou outra medida que cabe ao requerente
1286 realizar, que aí pode ser documento, esclarecimento, abrir a sede para vistoria. **Sr. Luis**
1287 **Henrique** – A complementação? ... **Sr. Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria**
1288 **Municipal da Saúde – SMS)** – Sim. Complementação da dos, vírgula, ou outra medida,
1289 que cabe ao requerente executar, providenciar. **Sr. Luis Henrique** – Aí sim, após esse
1290 prazo será indeferido o pedido. Eu sugiro até antes disso, que o Conselho Municipal do
1291 Idoso não receberá a documentação incompleta do protocolo. **Sra. Elisiane Silva de**
1292 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Beleza, analisado pelo... **Sr. Luis Henrique** –
1293 Não, não precisa não, não receberá a documentação incompleta no protocolo de entrada.
1294 **Sra. Ana Paula Mendes Matos (Banco de Alimentos – RS)** – A gente estava
1295 conversando e como ficaria o texto lá, se caberá então o pedido de prazo para
1296 complementação de documentação, sem esses 60 dias? **Sr. Luis Henrique** – Vamos ver
1297 agora. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de Assistência Social e Cidadania –**
1298 **FASC)** – O Conselho Municipal do Idoso não receberá a documentação incompleta no
1299 momento de protocolar a documentação. **Sr. Dautieli Marinho (Asilo Amparo à Velhice**
1300 **Família Gustavo Nordlund)** – Assim, olha, não vai abrir, não vai iniciar nenhum
1301 processo. Então se não forem, se não tiverem todos os documentos não vai receber o
1302 processo, não precisa você dar uma data, só vai iniciar o processo a partir da data que todos
1303 os documentos estiverem protocolados. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação de**
1304 **Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Assim, a única coisa que pode mudar é isso
1305 assim, olha, ela entregou todos os documentos, foi feito o protocolo, aí vai fazer uma visita
1306 e se constata que não tem as instalações adequadas, está sujo, aí sim pode se dar o prazo.
1307 Olha, nesse caso... **Sr. Luis Henrique** – Isso aqui pode virar tipo 4º, e isso aqui virar 11º,

1308 olha só como é que fica, o Conselho Municipal do Idoso não receberá incompleta no
1309 momento da procolização. Durante a análise da documentação a Comissão de Registro
1310 fará visita para confirmação dos dados apresentados. Será dado o prazo de 60 dias para a
1311 documentação, e apresentação, para providenciar, após esse prazo será indeferido o pedido.
1312 **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Isto, vamos encerrar, e aí
1313 semana que vem a gente continua. Vamos encerrar então a nossa reunião, só vou dar uns
1314 avisos antes de encerrar, que amanhã quem quiser... Amanhã às vinte para a 10h00, 10h40,
1315 nós vamos lá na Câmara de Vereadores, amanhã às 10h40, conversar com o Vereador
1316 Alvonir Medina, que foi o que entrou com o projeto de lei do COMUI, conforme eu
1317 acompanhei para os senhores, eu acho que para cada um eu já encaminhei. Então a amanhã
1318 nós vamos conversar com ele, a respeito desse projeto de lei. Ok? Que está indo? Quem
1319 daqui quer ir? Mas tem pessoas aqui, quem quiser ir, vai. **Sra. Maria da Graça Furtado**
1320 **(Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Vinte para as onze? **Sr.**
1321 **Roberto Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal da Saúde – SMS)** – Pretendo,
1322 gostaria, vinte para as onze na Câmara, vai ter mais alguém do executivo? **Sra. Elisiane**
1323 **Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Vai eu a Eleonora, a Lúcia vai tentar ir. O
1324 senhor Edson vai ir? Por que não? Por que o senhor não vai, senhor Edson? Então amanhã
1325 nós vamos lá. **Sra. Elisiane Silva de Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Eu já falei
1326 isso. Não, eu vou lá conversar, ele convidou eu, o André Karnal me ligou e me convidou
1327 para ir lá, eu abri o convite, eu convido a todos. **Sra. Maria da Graça Furtado (Fundação**
1328 **de Assistência Social e Cidadania – FASC)** – Eu posso ir, eu vou. **Sra. Elisiane Silva de**
1329 **Albuquerque (Asilo Padre Cacique)** – Então amanhã nós nos encontramos, então. Hoje,
1330 por falta de quórum, daí não foi falado na Comissão de Projetos. Está encerrado.